



LICITAÇÕES E CONTRATOS

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DOS TRANSPORTES - SETRANS

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 016/2008

PROCESSO: AA.319.1.002469.08.50

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93 de 21/06/93;

PARTICIPANTES: Estado do Piauí, por intermédio da Secretaria de Estado dos Transportes – SETRANS, e, o Município de Queimada Nova (PI);

OBJETO: Prorrogação de prazo, através de Termo Aditivo nº 07 ao Convênio nº 016/2008, por 90 (noventa) dias, por ato administrativo;

FONTE DE RECURSO: Próprio do Tesouro Estadual;

DATA DA ASSINATURA: 30/03/2010;

ASSINATURAS: ALEXANDRE DE CASTRO NOGUEIRA – Secretário de Transportes.

OF. 283

COORDENADORIA DE
CONTROLE DAS LICITAÇÕES

AVISO DE RETIFICAÇÃO

Fica retificado Extrato Parcial nº XI/2009, Processo Administrativo nº 00.000.001-2009, Pregão nº 001-2009. Objeto: Registro de Preços Para Cartões de Identificação com Impressão de Dados Variáveis, Leitor Biométrico Portátil e Porta Crachá com Presilha e Cordão Personalizado, anteriormente Publicado no DOE nº 146 de 6 de agosto de 2009 na página 37, na forma que segue:

Item	Especificação o	Unid	Vencedora	Marca	Valor R\$
01	Cartão de Identificação em PVC laminado com espessura de 0,76 mm; tamanho 8,5x 5,5cm; cores e impressão frente e verso 4x4; dados variáveis sendo impressos em térmicas; código de barra padrão BACOR DE 39, armazenando os dados da matrícula do servidor e fotografia na frente.	Unid.	JET LTDA	MASTER	3,70
			PIAUI PEL		

OF. 425

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA NACIONAL Nº 002/2010

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 0007621/2010;

0007909/2010; 0007116/2010; 0007138/2010; 0007085/2010;

0008173/2010; 0007094/2010; 0007627/2010; 0007091/2010

e 0008189/2010.

O ESTADO DO PIAUÍ, através da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Piauí – SEDUC/PI dá ciência a todos de que realizará CONCORRÊNCIA NACIONAL Nº 002/2010 do tipo “Menor preço” por lote regida pela Lei Federal nº 8.666, de 21/06/83 e suas alterações, conforme discriminação a seguir: OBJETO: REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS ESTADUAIS, EM VARIOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO PIAUÍ. ABERTURA: 30/04/2010 às 09:00h. REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por Preço Global - VALOR DO EDITAL: R\$ 50,00 (cinquenta) reais pagáveis a SEDUC/PI, conta 112.935-X, agência 3791-5, Banco do Brasil, com a devida autenticação. Recursos: CONVÊNIO 657695/2009-2010. INFORMAÇÕES: Sala da Comissão Permanente de Licitação da SEDUC/PI, Centro Administrativo, Av. Pedro Freitas, s/n, blocos D e F – 2º. Andar, nesta Capital. Tel: 3216-3239 Fax: 3216-3212. e-mail: cplseduc@click21.com.br.

Teresina (PI), 30 de março de 2010.

Reginaldo Cardoso da Silva
Presidente da CPL-SEDUC

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA NACIONAL Nº 003/2010

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 0007109-8/2010, 0007630-7/

2010, 0007872-6/2010, 0008193-3/2010, 0007073-8/2010,

0007635-3/2010, 0007862-5/2010, 0007130-2/2010, 0008151-6/

2010

O ESTADO DO PIAUÍ, através da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Piauí – SEDUC/PI, dá ciência a todos de que realizará CONCORRÊNCIA NACIONAL Nº 003/2010 do tipo “Menor preço” por lote regida pela Lei Federal nº 8.666, de 21/06/83 e suas alterações, conforme discriminação a seguir: OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS ESTADUAIS, EM VARIOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO PIAUÍ. ABERTURA: 03/05/2010 às 09:00h. REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por Preço Global - VALOR DO EDITAL: R\$ 50,00 (cinquenta) reais pagáveis a SEDUC/PI, conta 112.935-X, agência 3791-5, Banco do Brasil, com a devida autenticação. Recursos: CONVÊNIO 657695/2009-2010. INFORMAÇÕES: Sala da Comissão Permanente de Licitação da SEDUC/PI, Centro Administrativo, Av. Pedro Freitas, s/n, blocos D e F – 2º. Andar, nesta Capital. Tel: 3216-3239 Fax: 3216-3212. e-mail: cplseduc@click21.com.br.

Teresina (PI), 30 de março de 2010.

Reginaldo Cardoso da Silva
Presidente da CPL-SEDUC

OF. 024

HOSPITAL REGIONAL
TIBÉRIO NUNES

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

O Hospital Regional Tibério Nunes vem ratificar publicação referente às dispensas e contratos abaixo:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 37/10 – Proc. nº 37/10

Empresa: CDCITO.

Objeto: Exames laboratoriais - “SUS”.

Valor: 5.690,00. Fundamentação: Art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 38/10 – Proc. nº 38/10

Empresa: CACE.

Objeto: Exames laboratoriais - “SUS”.

Valor: 5.690,00. Fundamentação: Art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/2010 – Proc. nº 35/2010

Empresa: PRO-RAD. Objeto: Serv. de Dosimetria Pessoal

Valor: 486,00. Fundamentação: Art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2010 – Proc. nº 36/2010

Empresa: DISMAHC. Objeto: Medicamentos

Valor: 608,58. Fundamentação: Art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93

EXTRATO DO CONTRATO Nº 053/2009

PROCESSO: 0400/09. ESPÉCIE: Contrato celebrado entre o Hospital Regional Tibério Nunes e a empresa Gera Farma Distribuidora e Representações. OBJETO: Medicamentos VALOR TOTAL: R\$ 3.647,08. FONTE DE RECURSOS: 112 e 113. PRAZO: 04 (quatro) meses. SIGNATÁRIOS: Francisléia Moraes Barbosa, Gestora – pela contratante; Aguinaldo Virgino de Sousa – pela contratada

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 040/2009

PROCESSO: 0338/09. CONTRATANTE: Hospital Regional Tibério Nunes. CONTRATADA: White Martins Gases Industriais do Nordeste S/A. OBJETO: A prorrogação do prazo da vigência contratual. FUNDAMENTAÇÃO: Lei 8.666/93 PRAZO: 04 (quatro) meses. SIGNATÁRIOS: Francisléia Moraes Barbosa, Gestora – pela contratante; Vitório Fernando Acioli Lins Junior – pela contratada.

Edilza Mousinho

Presidente da CPL/HRTN

OF. 620



**INSTITUTO DE METROLOGIA DO
ESTADO DO PIAUÍ**



**AVISO DE CELEBRAÇÃO do 3º
Aditivo ao Contrato nº 002/2009
entre o Instituto de Metrologia da
Estado do Piauí/IMEPI e a empresa
HAVAÍ COMÉRCIO E SERVIÇOS
LTDA.**

O INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PIAUÍ (IMEPI) e a empresa HAVAÍ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., celebraram entre si, no dia 06.03.2010, o 3º Aditivo ao CONTRATO Nº 002/2009 CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO PARA A SEDE REGIONAL DO IMEPI EM PARNALBA, de acordo com Sistema de Registro de Preço – SRP, pregão nº 024/2007/CEL/SEAD, ata publicada em 17.06.2008, DOE nº 112, folhas 12-27, Extrato de Publicação Parcial nº XVIII, Liberação CCEL/SEAD nº 2571/2008, que tem por objeto a EXCLUSÃO de 01 (um) contínuo e 01 (um) motorista, em atendimento à RESOLUÇÃO CGF (Comissão de Gestão Financeira) nº 001/2010, de 27 de janeiro de 2010, publicada no DOE nº 21, de 1º de fevereiro de 2010, página 15, e o reajuste dos valores previstos do 1º aditivo, de 01 de janeiro de 2010, tudo de acordo com os preços cotados no Sistema de Registro de Preço – SRP, pregão nº 024/2007/CEL/SEAD, bem como ratifica as demais cláusulas contratuais.

**AVISO DE CELEBRAÇÃO do 1º
Aditivo ao Contrato nº 002/2009
entre o Instituto de Metrologia da
Estado do Piauí/IMEPI e a empresa
A. F. G. CONSTRUÇÕES E
SERVIÇOS LTDA.**

O INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PIAUÍ (IMEPI) e a empresa A. F. G. CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA., celebraram entre si, no dia 26.02.2010, o 1º Aditivo ao CONTRATO Nº 002/2010 CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA para Prestação de Serviços e Atividades Auxiliares e de Apoio Administrativo de Digitadores, Zeladores, Agentes de Portaria Diurna e Noturna, de acordo com Sistema de Registro de Preço – SRP, pregão nº 024/2007/CEL/SEAD. Ata publicada em 17 de junho de 2008, DOE nº 112, folhas 12-27. Liberação nº 7433/2009/CCEL-PI e 7434/2009/CCEL-PI, que tem por objeto a EXCLUSÃO de 02 (dois) auxiliares de serviços gerais e 02 (dois) agentes de portaria diurna, em atendimento à RESOLUÇÃO CGF (Comissão de Gestão Financeira) nº 001/2010, de 27 de janeiro de 2010, publicada no DOE nº 21, de 1º de fevereiro de 2010, página 15, e o reajuste dos valores previstos no contrato nº 002/2010, de 04 de janeiro de 2010, bem como ratifica as demais cláusulas contratuais.

OF. 101



IDEPI

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ



EXTRATO DO TERMO ADITIVO

Processo: nº 198/2007;
Convite: nº 017/2008;
Contrato: nº 037/2008;
Contratante: Instituto de Desenvolvimento do Piauí - IDEPI;
Contratada: Construtora RAIMUNDO DE CARVALHO & Cia. Ltda;
Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93, de 21 /06/93;
Objeto: Prorrogação por 120 (cento e vinte) dias;
Fonte de Recursos: Próprios do Tesouro Estadual;
Data da Assinatura: 24-02-2010;
Assinaturas: Norbelino Lira de Carvalho e Jaime da Paz Filho, pelo IDEPI e Raimundo de Carvalho Filho, pela Construtora RAIMUNDO DE CARVALHO & Cia. Ltda Ltda.

OF. 417



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

**TERMO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE
SICELBRAMASECRETARIADO MEIO
AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS -
SEMAR E A FUNDAÇÃO DE AMPARO
À PESQUISA DO ESTADO DO PIAUÍ
PROFESSOR AFONSO SENA
GONÇALVES - FAPEPI, PARA OS FINS
ABAIXO ESPECIFICADOS.**

A Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos –

SEMAR,

CONSIDERANDO o Convênio firmado entre a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí Professor Afonso Sena Gonçalves – FAPEPI e a própria SEMAR, objetivando a ampliação da Rede do Monitoramento Pluviométrico do Estado do Piauí, através da aquisição, pela FAPEPI, com recursos da FINEP, de 12 pluviômetros automáticos;

CONSIDERANDO as dificuldades encontradas pela FAPEPI em fazer face aos custos de depósito dos pluviômetros junto à INFRAERO, em Goiás;

CONSIDERANDO a importância do monitoramento pluviométrico para o planejamento do Estado e ainda a importância dos doze novos pluviômetros para na qualidade das informações coletadas;

CONSIDERANDO o relevante interesse público envolvido no projeto de ampliação da rede pluviométrica e,

CONSIDERANDO o interesse concorrente que justificou a assinatura do convênio, resolve firmar o presente Termo de Cooperação, sob as condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – IDENTIFICAÇÃO DOS SIGNATÁRIOS

São signatários deste Termo de Cooperação a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, CNPJ-12.176.046/0001-45, com sede à Rua 13 de Maio, 307 - Centro, em Teresina – Piauí, neste ato representada pelo seu Secretário **DALTON MELO MACAMBIRA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Teresina e inscrito no CPF/MF sob o n.º 240.291.573-00 e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí Professor Afonso Sena Gonçalves – FAPEPI, CNPJ-00.422.744/0001-02, com sede na Avenida Pedro Freitas, S/N - Centro, em Teresina – Piauí, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente **ACÁCIO SALVADOR VERAS E SILVA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Teresina e inscrito no CPF/MF sob o n.º 130.405.703-82.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente TERMO DE COOPERAÇÃO tem como objeto a transferência, pela SEMAR, dos recursos necessários ao pagamento, a ser efetuado pela FAPEPI, do depósito dos 12 pluviômetros automáticos junto à INFRAERO, em Goiânia-GO, além da cobertura das despesas com o transporte dos equipamentos até Teresina.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS

PARTES

I – COMPETE À SEMAR

- Transferir os recursos, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), necessários ao pagamento do depósito e transporte do equipamento.

I – COMPETE À FAPEPI

- Pagar, observando o estrito atendimento à legislação pertinente, o depósito dos equipamentos;
- Encaminhar os pluviômetros ao Núcleo de Meteorologia de Goiás – SIGMOGO para instalação dos softwares e comunicação solo/satélite;
- Contratar, observando o estrito atendimento à legislação pertinente, o transporte do equipamento até Teresina, para entrega à SEMAR;



- d) Prestar contas das despesas efetuadas, providenciando a devolução de eventual saldo de recursos.

CLÁUSULA QUARTA – LIBERAÇÃO DOS

RECURSOS

O valor previsto na cláusula anterior será repassado em uma parcela, imediatamente após a assinatura deste Termo de Cooperação.

CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos a serem transferidos necessários ao pagamento de diárias e outras despesas por conta da PROPONENTE, conforme detalhamento a seguir:

- PROJETO/ATIVIDADE: 2.304
- NATUREZA DA DESPESA: 33.5041 – Contribuições
- FONTE: 100 – Recurso do Estado
- NOTADE EMPENHO: Nº.....

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO DE COOPERAÇÃO terá vigência de 90 (noventa dias) dias, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A FAPEPI deverá apresentar prestação de contas, dentro do prazo de validade deste TERMO DE COOPERAÇÃO.

SUBCLÁUSULA ÚNICA

No caso de não apresentação da prestação de contas ou diante da impossibilidade de sua aprovação pela SEMAR, decorrente da constatação de irregularidades na aplicação dos recursos, ficará a FAPEPI obrigada à devolução dos recursos e rendimentos de aplicações financeiras.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O presente TERMO DE COOPERAÇÃO poderá ser rescindido de comum acordo entre as partes, mediante notificação escrita e apenas na hipótese de rescisão do CONVÊNIO acima referido, ficando a FAPEPI obrigada à devolução dos recursos eventualmente recebidos, acrescidos dos rendimentos das aplicações financeiras.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à SEMAR providenciar, à sua conta, a publicação do extrato deste TERMO DE COOPERAÇÃO no Diário Oficial do Estado, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DÚVIDAS

As dúvidas suscitadas na execução deste TERMO serão dirimidas de comum acordo pela SEMAR e a FAPEPI.

CLÁUSULA ONZE – DO FORO

Para arbitrar as pendências provenientes da execução deste TERMO DE COOPERAÇÃO e as dúvidas não dirimidas pelos signatários, fica eleito o foro da Comarca de Teresina, Capital do Estado do Piauí.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03(três) vias, de igual teor, para um único efeito, conjuntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Teresina(PI), 25 de março de 2010

Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR
Prof. DALTON MELO MACAMBIRA

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí
Professor Afonso Sena Gonçalves – FAPEPI
Prof. ACÁCIO SALVADOR VERAS E SILVA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
 CPF/MF: _____
 R.G. Nº: _____

Nome: _____
 CPF/MF: _____
 R.G. Nº: _____

PLANO DE TRABALHO

1 – DADOS CADASTRAIS

01/04

Entidade Proponente				CNPJ	
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí				00.422.744/0001-02	
Professor Afonso Sena Gonçalves – FAPEPI					
Endereço		Cidade		UF	
Avenida Pedro Freitas, S/N – Centro Administrativo		Teresina		PI	
Bairro	CEP	Fone	Fax	Endereço Eletrônico	
Centro	64.018-200	3216 6090	3216 6092		
Nome do Responsável				CPF	
Acácio Salvador Veras e Silva				130.405.703-82	
Cargo		Matrícula	Identidade	Órgão Expedidor	
Diretor Presidente			239.865	SSP/SP	
Endereço		Cidade		UF	
		Teresina		PI	
Bairro	CEP	Fone	Fax	Endereço Eletrônico	

2 - OUTROS PARTICÍPES

Entidade Partícipe				CGC	
Endereço				UF	
Bairro	CEP	Fone	Fax	Endereço Eletrônico	
Nome do Responsável				CPF	
Cargo		Matrícula	Identidade	Órgão Expedidor	

3 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da entidade proponente, declaro, para fins de prova junto à Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, sob as penas da lei, que inexistirá qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Estadual ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Estado, na forma deste plano de trabalho.	
_____ Teresina, 24 de março de 2010	_____ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí Acácio Salvador Veras e Silva

4 – DESCRIÇÃO DO PROJETO

02/04

Nome do Projeto	Período de Execução	
	Início	Término
A FAPEPI, utilizando recursos repassados pela SEMAR, providenciará a liberação de 12 pluviômetros automáticos depositados na INFRAERO-GO, encaminhando-os ao Núcleo de Meteorologia de Goiás – SIGMOGO, para instalação dos softwares e comunicação solo satélite, providenciando, em seguida, o transporte de Goiânia a Teresina, onde serão entregues à SEMAR, para promover a ampliação da rede de estações meteorológicas do Estado do Piauí.	10/02/2010	10/03/2010

5 – IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Transferência de recursos para pagamento da despesa de depósito e do transporte, de Goiânia a Teresina, de 12 pluviômetros automáticos a serem utilizados em estações meteorológicas da SEMAR.

6 – JUSTIFICATIVA

O convênio firmado entre a FINEP, a FAPEPI e a SEMAR, possibilitou a aquisição, pela FAPEPI, com recursos da FINEP, de 12 pluviômetros automáticos, que deverão possibilitar a ampliação da rede de estações meteorológicas do Estado do Piauí, equipando novas estações.

Alguns imprevistos na execução do convênio resultaram em dificuldades financeiras para a FAPEPI liberar os pluviômetros do depósito da INFRAERO, em Goiânia, onde estão desde que foram adquiridos no exterior.

Considerando a grande importância da ampliação da rede meteorológica e o risco de danos aos aparelhos, sempre presente quando sua permanência em depósitos se estende muito, a SEMAR pretende propiciar os meios para que a FAPEPI possa desembarçar a carga junto a INFRAERO, e que faça a entrega dos equipamentos em Teresina.

A transferência destes recursos à FAPEPI é, portanto, uma ação emergencial, de inequívoco interesse público.

7- OBJETIVOS

Propiciar à FAPEPI os meios de desembaraçar os 12 pluviômetros adquiridos para uso pela SEMAR, em estações meteorológicas da rede estadual, garantindo ainda, a integridade dos equipamentos, com sua retirada do depósito em que se encontram.

Propiciar à FAPEPI os meios de fazer o transporte dos 12 pluviômetros de Goiânia a Teresina.

8 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

03/04

Indicar a duração da execução de cada item listado na planilha orçamentária do Projeto, expressa em dias corridos a partir do início da execução do projeto. Excluir páginas e linhas não utilizadas.

ITEM	DESCRIÇÃO	INDIC. FÍSICO		DURAÇÃO	
		UNID	QUANT	INÍCIO	FINAL
01	Pagamento de depósito do equipamento	-	-	02/2010	02/2010
02	Contratação do transporte GO/PI	-	-	03/2010	03/2010
TOTAL / TRANSPORTE				02/2010	03/2010

9 – PLANO DE APLICAÇÃO (Valores em R\$)

04/04

[illegible]

10 – PLANO DE DESEMBOLSO (Valores em R\$)

Eliminar as linhas não utilizadas.

PARCELA		VALORES		
Nº	MÊS	CONCED.	PROPON.	TOTAL
01	Março	35.000,00	-	35.000,00
TOTAL		35.000,00	-	35.000,00

11 – APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Aprovado pelo concedente em

24 de marco de 2010

Secretário do Meio Ambiente
e dos Recursos Hídricos
Prof. Dalton Melo Macambira



**ESTADO DO PIAUÍ
EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO
PIAUÍ - EMGERPI – EMGERPI
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2010**

A EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ - EMGERPI avisa aos interessados que instaurou por meio do EDITAL nº 10/2010, TOMADA DE PREÇOS tendo por objeto: **ELETRIFICAÇÃO: AMPLIAÇÃO REDE DE DISTRIBUIÇÃO URBANA-RDÚ, PARA RETIRADA DE GAMBIARRAS, NO MUNICÍPIO DE RIBEIRA DO PIAUÍ.** A licitação, regida pela lei nº 8.666, de 21/06/93, será do tipo menor preço. Os interessados deverão entregar à Comissão Permanente de Licitação – COPEL, os documentos de habilitação e propostas, na sede da EMGERPI, à Rua Altos, nº 3.541, bairro Água Mineral, em Teresina, às 09:00 (nove) horas do dia 16 de abril de 2010, ocasião em que serão abertos os envelopes de documentos de habilitação e, havendo condições legais, as propostas de preços. A forma pela qual deverão ser executadas as obras e serviços licitados e as diversas obrigações dos licitantes e do adjudicatário do objeto da licitação, estão registradas no Edital, no Projeto Básico e especificações, e na Minuta de Contrato, tudo o que poderá ser examinado e adquirido pelos interessados na sala da COPEL da EMGERPI, à Rua Altos, nº 3.541, bairro Água Mineral, em Teresina, das 07:30 às 13:30.

Teresina, 30 de março de 2010.

Marta Regina Leal Catunda Martins
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

OF. 339

**Associação Piauiense de Habilitação, Reabilitação
e Readaptação – Associação Reabilitar
Centro Integrado de Reabilitação - CEIR**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 001 /2010

PARTES: ASSOCIAÇÃO REABILITAR E A EMPRESA TOSHIBA MEDICAL DO BRASIL LTDA

OBJETO: Aquisição de Equipamento para o Centro de Diagnóstico Integrado de Reabilitação (CEIR)-Item 02 Ultra- Sonografia, que aconteceu no(s) dia(s) 05 de Janeiro de 2010, na cidade de Teresina, por preço por item, conforme Pregão Presencial nº 097/2009-CCEL-Pf. Pregão 00.000.2965/2009.

AMPARO LEGAL: Sujeitando as partes às Leis 10.520 de 17 de julho de 2002, que instituiu a modalidade Pregão e 8.666/93, bem como Lei Estadual 5.280 de 29/01/2004 e o Decreto Federal 5450 de 31/05/2005.

VALOR: R\$ 93.000.00 (noventa e três mil reais)

VIGÊNCIA: 29/01/2010 à 29/01/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 003 /2010

PARTES: ASSOCIAÇÃO REABILITAR E A EMPRESA VMI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

OBJETO: Aquisição de Equipamento para o Centro de Diagnóstico Integrado de Reabilitação (CEIR)-Item 04 Aparelho de Raios X, que aconteceu no(s) dia(s) 05 de Janeiro de 2010, na cidade de Teresina, por preço por item, conforme Pregão Presencial nº 097/2009-CCEL-Pf. Pregão 00.000.2965/2009.

AMPARO LEGAL: Sujeitando as partes às Leis 10.520 de 17 de julho de 2002, que instituiu a modalidade Pregão e 8.666/93, bem como Lei Estadual 5.280 de 29/01/2004 e o Decreto Federal 5450 de 31/05/2005.

VALOR: R\$ 95.000.00 (noventa e cinco mil reais)

VIGÊNCIA: 28/01/2010 à 28/01/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 004 /2010

PARTES: ASSOCIAÇÃO REABILITAR E A EMPRESA ORTOPEDIA DO BRASIL EPP LTDA

OBJETO: Aquisição de Equipamento para o Centro de Diagnóstico Integrado de Reabilitação (CEIR)-Item 05 Estufa Elétrica ou Forno para Ortopedia com infravermelho, que aconteceu no(s) dia(s) 05 de Janeiro de 2010, na cidade de Teresina, por preço por item, conforme Pregão Presencial nº 097/2009-CCEL-Pf. Pregão 00.000.2965/2009.

AMPARO LEGAL: Sujeitando as partes às Leis 10.520 de 17 de julho de 2002, que instituiu a modalidade Pregão e 8.666/93, bem como Lei Estadual 5.280 de 29/01/2004 e o Decreto Federal 5450 de 31/05/2005.

VALOR: R\$ 44.900.00 (quarenta e quatro mil e novecentos reais)

VIGÊNCIA: 28/01/2010 à 28/01/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 005 /2010

PARTES: ASSOCIAÇÃO REABILITAR E A EMPRESA ORTOPEDIA DO BRASIL EPP LTDA

OBJETO: Aquisição de Equipamento para o Centro de Diagnóstico Integrado de Reabilitação (CEIR)-Item 06 Balancim Hidráulico, que aconteceu no(s) dia(s) 05 de Janeiro de 2010, na cidade de Teresina, por preço por item, conforme Pregão Presencial nº 097/2009-CCEL-Pf. Pregão 00.000.2965/2009.

AMPARO LEGAL: Sujeitando as partes às Leis 10.520 de 17 de julho de 2002, que instituiu a modalidade Pregão e 8.666/93, bem como Lei Estadual 5.280 de 29/01/2004 e o Decreto Federal 5450 de 31/05/2005.

VALOR: R\$ 9.990.00 (nove mil novecentos noventa reais)

VIGÊNCIA: 28/01/2010 à 28/01/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 006 /2010

PARTES: ASSOCIAÇÃO REABILITAR E A EMPRESA ORTOPEDIA DO BRASIL EPP LTDA

OBJETO: Aquisição de Equipamento para o Centro de Diagnóstico Integrado de Reabilitação (CEIR)-Item 07 Central Captadora de Pó, que aconteceu no(s) dia(s) 05 de Janeiro de 2010, na cidade de Teresina, por preço por item, conforme Pregão Presencial nº 097/2009-CCEL-Pf. Pregão 00.000.2965/2009.

AMPARO LEGAL: Sujeitando as partes às Leis 10.520 de 17 de julho de 2002, que instituiu a modalidade Pregão e 8.666/93, bem como Lei Estadual 5.280 de 29/01/2004 e o Decreto Federal 5450 de 31/05/2005.

VALOR: R\$ 20.990.00 (vinte mil novecentos noventa reais)

VIGÊNCIA: 28/01/2010 à 28/01/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 007 /2010

PARTES: ASSOCIAÇÃO REABILITAR E A EMPRESA ORTOPEDIA DO BRASIL EPP LTDA

OBJETO: Aquisição de Equipamento para o Centro de Diagnóstico Integrado de Reabilitação (CEIR)-Item 08 Máquina de Sucção com 06 saídas, que aconteceu no(s) dia(s) 05 de Janeiro de 2010, na cidade de Teresina, por preço por item, conforme Pregão Presencial nº 097/2009-CCEL-Pí. Pregão 00.000.2965/2009.

AMPARO LEGAL: Sujeitando as partes às Leis 10.520 de 17 de julho de 2002, que instituiu a modalidade Pregão e 8.666/93, bem como Lei Estadual 5.280 de 29/01/2004 e o Decreto Federal 5450 de 31/05/2005.

VALOR: R\$ 16.990.00 (dezesseis mil novecentos noventa reais)

VIGÊNCIA: 28/01/2010 à 28/01/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 008 /2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2010-CCEL.PÍ

PARTES: ASSOCIAÇÃO REABILITAR E A EMPRESA DISTRIMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

OBJETO: Aquisição de Equipamento para o Centro de Diagnóstico Integrado de Reabilitação (CEIR)-item 01 Doppler Transcraniano com Monitorização Bi-Lateral, que aconteceu no(s) dia (s) 05 de Fevereiro de 2010 e reabertura da ata de sessão do pregão em 19 de Fevereiro de 2010 na cidade de Teresina.

AMPARO LEGAL: Sujeitando as partes às Leis 10.520 de 17 de julho de 2002, que instituiu a modalidade Pregão e 8.666/93, bem como Lei Estadual 5.280 de 29/01/2004 e o Decreto Federal 5450 de 31/05/2005.

VALOR: R\$ 135,500.00 (cento e trinta e cinco mil e quinhentos reais)

VIGÊNCIA: 04/02/2010 à 04/02/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 009 /2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2010-CCEL.PÍ

PARTES: ASSOCIAÇÃO REABILITAR E A EMPRESA LOTUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

OBJETO: Aquisição de Equipamento para o Centro de Diagnóstico Integrado de Reabilitação (CEIR)-item 02, Processadora Automática de Filmes de Raios X , que aconteceu no(s) dia (s) 05 de Fevereiro de 2010 na cidade de Teresina, por preço por item.

AMPARO LEGAL: Sujeitando as partes às Leis 10.520 de 17 de julho de 2002, que instituiu a modalidade Pregão e 8.666/93, bem como Lei Estadual 5.280 de 29/01/2004 e o Decreto Federal 5450 de 31/05/2005.

VALOR: R\$ 19.000.00 (dezenove mil reais)

VIGÊNCIA: 04/02/2010 à 04/02/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 0010 /2010

PARTES: ASSOCIAÇÃO REABILITAR E A EMPRESA R.B.A. NASCIMENTO-EPP-DISTRIBUIDORA RENASCER

OBJETO: Obtenção de produtos farmacêuticos e/ou máquinas, aparelhos e equipamentos odontológicos d médico hospitalares para manutenção das afins do Centro Integrado de Reabilitação - CEIR.

AMPARO LEGAL: O presente contrato obedece aos termos do Regulamento de Compra, Serviços e Alienações, decorrente do Contrato de Gestão mantido entre o Governo do Estado do Piauí, através da Secretaria de Saúde e a Associação Reabilitar, com fulcro nas Leis 9.637 de 15/05/1998 e Lei Estadual 5.519 de 13/12/2005.

VALOR: R\$ 40.000.00 (quarenta mil reais)

VIGÊNCIA: 08/02/2010 à 08/02/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 011 /2010

PARTES: ASSOCIAÇÃO REABILITAR E A EMPRESA GERALDO ALVES DA SILVA - SERV COZINHA

OBJETO: Fornecimento de quentinhas par almoço de funcionários do Centro Integrado de Reabilitação/CEIR que trabalham em tempo integral.

AMPARO LEGAL: Art. 24, inciso XXIV da Lei 8.666/93, Lei 9637/98, Contrato de Gestão e Regulamento de Compras, Serviços e Obras.

VALOR: DE ACORDO COM A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO REQUERIDO PELA CONTRATANTE

VIGÊNCIA: 25/01/2010 à 25/01/2011

OF. 058

AVISO DE LICITAÇÃO CARTA CONVITE Nº 002/2010/RELANÇAMENTO

Objeto: aquisição de um kit multimídia para o ponto de cultura desta fundação, conforme especificações constantes nos Anexo do Edital; **Sessão Pública** às 10:00 (dez) horas do dia 07/04/2010; **Fonte de Recursos:** Convênio FUNDAC; **Local do evento:** Memorial Zumbi dos Palmares (Escola Domingos Jorge Velho), Avenida Miguel Rosa s/n Teresina PI retirada do Edital e informações : pelo contato 8832-7604 (Karol Wojtyla) 9998-8313(Brivaldo)

Teresina (PI), 29 de março de 2010.

Karol Wojtyla de Oliveira Martins
Presidente da Comissão

OF. 628



PUBLICAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS DE 2010



ORD	PROCESSO	CONTRATO	PROCEDIMENTO	OBJETO / OBJETIVO	CONTRATADO	VIGÊNCIA	VALOR
01	662/2009	Aditivo 01/10 referente ao contrato nº 065/09	Pregão Presencial 050/2007/CEL/SEAD	Aquisição de soro fisiológico	Halex Istar Indústria Farmacêutica Ltda	O mesmo do contrato	2.44 valor unitário
02	309/09	Aditivo 01/10 referente ao contrato 022/2009	Sistema de Registro de Preço/Decreto Estadual 11319	Fornecimento de cartão eletrônico alimentação	Ticket Serviços S/A	12 (dose) meses	Mesmo contrato original
03	128/10	014/2010	Sistema de Registro de Preço/Decreto Estadual 11319	Aquisição de café e açúcar	CR Distribuidora de Produtos Gerais Ltda	12 (dose) meses	6.420,00
04	732/08	Aditivo 01/10 ref ao cont. 074/08	Sistema de Registro de Preço/Decreto Estadual 11319	Revisão do valor para prestação de serviço de merendeira	Teixeira e Araújo Ltda	12(dose) meses	1.450,08 valor unitário
05	334/09	016/2010	Sistema de Registro de Preço/Decreto Estadual 11319	Condicionadores de ar	Claudino S/A Lojas de Departamento	06 (seis) meses	5.227,51

NEUMA MARIA CAFÉ BARROSO
Diretora Geral do HEMOPI

OF. 124

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
COMISSÃO DE LIQUIDAÇÃO

**CONCORRÊNCIA Nº. 001/2010
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE
RESULTADO,
ADJUDICAÇÃO DO OBJETO E
AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO
DE CONTRATO.**

A Liquidante/Interventora da Rede de Hotéis e Pousadas S/A. – RIMO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Decreto Estadual nº 13.326, de 20 de outubro de 2008, alterado pelo Decreto Estadual nº 13.908 de 29 de outubro de 2009.

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 001/2010, referente à Concorrência nº 001/2010, tipo maior lance, que tem por objeto a **Concessão de Uso e Exploração de Estabelecimentos Hoteleiros em Cidades do Interior do Estado do Piauí – LOTE I – HOTEL SERRA DA CAPIVARA, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO/PI;**

CONSIDERANDO o Relatório Final apresentado pela Comissão de Licitação - CL;

RESOLVE:

1. HOMOLOGAR, como de fato homologa, os procedimentos relativos à licitação acima referida;
2. ADJUDICAR o objeto da licitação a empresa FALCÃO & MONTE LTDA., pelo preço mensal da concessão no valor de R\$ 2.550,00 (dois mil, quinhentos e cinquenta reais);
3. AUTORIZAR a adoção das providências necessárias à celebração do Contrato.

Teresina, 15 de Março de 2010.

Lucile de Souza Moura
Liquidante/Interventora da Rede RIMO

OF. 092

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

1. EXTRATO PARA RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO OFÍCIO Nº 019 DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2010, SEXTA-FEIRA, NO DIÁRIO OFICIAL Nº 39, PAGINA 14, REFERENTE CONTRATO Nº. 011/09 QUE CELEBRAM ENTRE SI O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN/PI E A CONSTRUTORA MERCON LTDA.

PARTES: Construtora Mercon LTDA e Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/PI.

OBJETO: onde se lê **extrato para publicação do contrato nº. 011/08** leia-se **extrato para publicação do contrato nº. 011/09.**

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO**TERMO:** 042/2010**PROCESSO:** 030.080.001019/10

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de coquetel para 300 (trezentas) pessoas a ser servido na inauguração da galeria dos Ex. Diretores do DETRAN-PI.

MODALIDADE: Dispensa de Licitação.**CONTRATADO:** SILVANAMARIA VASCONCELOS V. ROCHA-MEE**CONTRATANTE:** Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN-PI**FUNDAMENTO LEGAL:** Artigo 24, inciso II, da Lei Nº. 8.666/93.**VALOR:** R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO: 041/2010

PROCESSO: 030.080.001011/10

OBJETO: Autorização para contratar serviço de elaboração de projetos de Subestação elétrica para o Edifício Davi Solano, em virtude do precário fornecimento de energia da região, o que torna difícil a boa prestação dos nossos serviços e por não possuímos em nosso quadro, profissional qualificado para tal serviço.

MODALIDADE: Dispensa de Licitação.

CONTRATADO: J. MENESSES CONSTRUÇÕES LTDA

CONTRATANTE: Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN-PI

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso II, da Lei Nº. 8.666/93.

VALOR: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM ENTRE SI O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/PI E A STRANS- SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE TERESINA

PARTE: Departamento Estadual de Trânsito do Piauí - DETRAN e a STRANS- superintendência municipal de transportes e trânsito de Teresina.

OBJETO: O cumprimento do art. 25 e parágrafos do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997) e resoluções do CONTRAN, objetivando a cooperação técnico-administrativa para execução do controle operacional do trânsito no Município.

PRAZO: O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses contados a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser renovado, mediante termo específico entre os participantes e vigorando a partir da sua publicação no Diário Oficial do Município de Teresina.

ASSINAM: Jesus Rodrigues Alves e José João de Magalhães Braga Júnior.

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº. 001/2010 AO CONTRATO Nº 021/2009 QUE CELEBRAM ENTRE SI O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/PI E A EMPRESA CIVITAS-CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS.

PARTE: Departamento Estadual de Trânsito do Piauí – DETRAN/PI e a empresa civitas-cidadania e políticas públicas.

OBJETO: a renovação por mais 12 (doze) meses, do contrato Nº. 021/2009 entre as partes aqui qualificadas, a contar do dia 19 de março de 2010,

ASSINAM: Jesus Rodrigues Alves e Robertsonio Santos Pessoa

OF. 029

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2010

Data de Abertura: 16/04/2010.

Tipo de Licitação: Menor Preço Global por Lote.

Objeto: Locação de Serviços de Links via Satélite Banda Larga.

Fonte de Recursos: 12

Cópia completa do Edital: Na sala da Comissão Permanente de Licitação do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, Av. Gil Martins, 2000, Bairro Redenção, CEP 64.019-630, Teresina-Piauí, Fone/Fax.: (086) 3216-5058 E-mail.: cpl@detran.pi.gov.br.

Envelopes de Habilitação e Propostas:

a) recebimento: até às 09:00 (nove) horas minutos do dia 16/04/2010

b) abertura: até às 09:00 (nove) horas minutos do mesmo dia 16/04/2010

c) local: Na sala da Comissão Permanente de Licitação do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, Av. Gil Martins, 2000, Bairro Redenção, CEP 64.019-630, Teresina-Piauí, Fone/Fax.: (086) 3216-5058 – E-mail.: cpl@detran.pi.gov.br.

Teresina (PI), 30 de março de 2010.

NATÁLIA DE OLIVEIRA R. C. BRANCO - PRESIDENTE DA CPL-DETRAN/PI

JESUS RODRIGUES ALVES – DIRETOR GERAL-DETRAN/PI

OF. 031



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
COORD. DE ACOMP. DE CONTRATOS E CONVÊNIOS - CACC

EXTRATO Nº CONVÊNIO Nº 00045/2010

ESPÉCIE: Convênio nº 00045/2010 celebrado entre SEDUC/PI e a PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA-PI - Processo Administrativo Nº 0007585-7/2010.

OBJETO: O presente convênio tem por objeto a cooperação financeira que visa manter o transporte escolar para 94 (noventa e quatro) alunos da Educação Básica, residentes na zona rural do município de Água Branca-PI, garantindo a locomoção de ida e volta para as unidades de ensino localizadas na sede do referido município, possibilitando a continuidade de seus estudos, com recursos financeiros oriundos do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e do PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar, a serem repassados pela CONCEDENTE à CONVENIENTE.

VALOR GLOBAL: O valor do presente convênio é de R\$ 76.250,00 (setenta e seis mil e duzentos e cinquenta reais).

A CONCEDENTE processará a liberação dos recursos em 09 (nove) parcelas, sendo a 1ª parcela no valor de R\$ 13.850,00 (treze mil e oitocentos cinquenta reais), e as 08 (oito) parcelas restantes, no valor de R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais) cada, depositando estes valores na conta corrente específica da CONVENIENTE de nº 7.309-1, agência nº 0906-7, no Banco do Brasil.

DATADA ASSINATURA: 30 de março de 2010.

SIGNATÁRIOS:

Antonio José Castelo Branco Medeiros – Secretário da Educação e Cultura; João Luiz Lopes de Souza – Prefeito Municipal de Água Branca-PI

EXTRATO Nº CONVÊNIO Nº 00048/2010

ESPÉCIE: Convênio nº 00048/2010, celebrado entre SEDUC/PI e a PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES-PI - Processo Administrativo Nº 0009499-4/2010.

OBJETO: O presente convênio tem por objeto a cooperação financeira que visa manter o transporte escolar para 112 (cento e doze) alunos da Educação Básica, residentes na zona rural do município de Joaquim Pires/PI, garantindo a locomoção de ida e volta para as unidades de ensino localizadas na sede do referido município, possibilitando a continuidade de seus estudos, com recursos financeiros oriundos do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e do PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar, a serem repassados pela CONCEDENTE à CONVENIENTE.

VALOR GLOBAL: O valor do presente convênio é de R\$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil reais).

Parcelas: 09 (nove) .

DATADA ASSINATURA: 30 de março de 2010.

SIGNATÁRIOS: Antonio José Castelo Branco Medeiros – Secretário da Educação e Cultura; Genival Bezerra da Silva – Prefeito Municipal de Joaquim Pires/PI

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 052/2010

ESPÉCIE: Extrato do Convênio nº 052/2010, celebrado entre a SEDUC e PREFEITURA MUNICIPAL SÃO JOÃO DO ARRAIAL. Processo administrativo de nº 0006419/2010.

OBJETIVO: O presente convênio tem por objeto a cooperação financeira que visa manter o transporte escolar para 1.539 (hum mil quinhentos e trinta e nove) alunos da Educação Básica, residentes na zona rural do município de São João do Arraial, garantindo a locomoção de ida e volta para as unidades de ensino localizadas na sede do referido município, possibilitando a continuidade de seus estudos, com recursos financeiros oriundos do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e do PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar, a serem repassados pela CONCEDENTE à CONVENIENTE.

VALOR: R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais).

Parcelas: 09 (nove)

DATADA ASSINATURA: 26 de março de 2010

SIGNATÁRIOS: ANTONIO JOSÉ C. B. MEDEIROS – Secretário da Educação e Cultura; FRANCISCO DAS CHAGAS LIMMA – Prefeito Municipal de São João do Arraial - PI

**EXTRATO Nº CONVÊNIO Nº 0061/2010**

ESPÉCIE: Convênio nº 0061/2010 celebrado entre SEDUC/PI e a PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBÁ DO PIAUÍ-PI - Processo Administrativo Nº 0007793/2010.

OBJETO: Cooperação financeira que visa manter o transporte escolar para 194 (cento e noventa e quatro) alunos da Educação Básica, residentes na zona rural do município de Jatobá do Piauí/PI, garantindo a locomoção de ida e volta para as unidades de ensino localizadas na sede do referido município, com recursos financeiros oriundos do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e do PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar.

VALOR GLOBAL: O valor do presente convênio é de R\$ 173.000,00 (Cento e setenta e três mil reais).

Parcelas: 09 (nove)

DATADA ASSINATURA: 26 de março de 2010.

SIGNATÁRIOS: Antonio José Castelo Branco Medeiros – Secretário da Educação e Cultura

Alcides de Castro Macedo Neto – Prefeito Municipal de Jatobá do Piauí/PI.

EXTRATO Nº CONVÊNIO Nº 00069/2010

ESPÉCIE: Convênio nº 00069/2010 celebrado entre SEDUC/PI e a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJUEIRO DA PRAIA-PI - Processo Administrativo Nº 0009533-2/2010.

OBJETO: Cooperação financeira que visa manter o transporte escolar para 74 (setenta e quatro) alunos da Educação Básica, residentes na zona rural do município de Queimada Nova, garantindo a locomoção de ida e volta para as unidades de ensino localizadas na sede do referido município, com recursos financeiros oriundos do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e do PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar.

VALOR GLOBAL: O valor do presente convênio é de R\$ 135.000,00 (Sessenta e oito mil reais).

Parcelas: 09 (nove)

DATADA ASSINATURA: 26 de março de 2010.

SIGNATÁRIOS: Antonio José Castelo Branco Medeiros – Secretário da Educação e Cultura

Girvaldo Albuquerque da Silva – Prefeito Municipal de Cajueiro da Praia/PI

EXTRATO Nº CONVÊNIO Nº 0078/2010

ESPÉCIE: Convênio nº 0078/2010 celebrado entre SEDUC/PI e a PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO PIAUÍ-PI - Processo Administrativo Nº 0009508-3/2010.

OBJETO: cooperação financeira que visa manter o transporte escolar para 67 (sessenta e sete) alunos da Educação Básica, residentes na zona rural do município de Bela Vista do Piauí/PI, garantindo a locomoção de ida e volta para as unidades de ensino localizadas na sede do referido município, com recursos financeiros oriundos do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e do PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar.

VALOR GLOBAL: O valor do presente convênio é de R\$ 130.000,00 (Cento e trinta mil reais).

Nº DE PARCELAS: 09 (nove)

DATADA ASSINATURA: 30 de março de 2010.

SIGNATÁRIOS: Antonio José Castelo Branco Medeiros – Secretário da Educação e Cultura; Josimar Coelho de Almeida – Prefeito Municipal de Bela Vista do Piauí/PI.

EXTRATO Nº CONVÊNIO Nº 0079/2010

ESPÉCIE: Convênio nº 0079/2010 celebrado entre SEDUC/PI e a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO PIAUÍ-PI - Processo Administrativo Nº 0007778/2010.

OBJETO: cooperação financeira que visa manter o transporte escolar para 100 (cem) alunos da Educação Básica, residentes na zona rural do município de São Francisco do Piauí/PI, garantindo a locomoção de ida e volta para as unidades de ensino localizadas na sede do referido município, com recursos financeiros oriundos do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e do PNATE –

Programa Nacional de Transporte Escolar.

VALOR GLOBAL: O valor do presente convênio é de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais).

Parcelas: 09 (nove)

DATADA ASSINATURA: 30 de março de 2010.

SIGNATÁRIOS: Antonio José Castelo Branco Medeiros – Secretário da Educação e Cultura; Francisco de Assis de Oliveira Costa – Prefeito Municipal de São Francisco do Piauí/PI

EXTRATO Nº CONVÊNIO Nº 00082/2010

ESPÉCIE: Convênio nº 00082/2010 celebrado entre SEDUC/PI e a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO PIAUÍ-PI - Processo Administrativo Nº 0010463-5/2010.

OBJETO: O presente convênio tem por objeto a cooperação financeira que visa manter o transporte escolar para 20 (inte) alunos da Educação Básica, residentes na zona rural do município de São Gonçalo do Piauí, garantindo a locomoção de ida e volta para as unidades de ensino localizadas na sede do referido município, possibilitando a continuidade de seus estudos, com recursos financeiros oriundos do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e do PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar, a serem repassados pela CONCEDENTE à CONVENIENTE.

VALOR GLOBAL: O valor do presente convênio é de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).

A CONCEDENTE processará a liberação dos recursos em 09 (nove) parcelas, sendo a 1ª parcela no valor de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), e as 08 (oito) parcelas restantes, no valor de R\$ 4.650,00 (quatro mil e seiscentos e cinquenta reais) cada, depositando estes valores na conta corrente específica da CONVENIENTE de nº 10.743-3, agência 1805-8, Banco do Brasil S/A.

DATADA ASSINATURA: 25 de março de 2010.

SIGNATÁRIOS:

Antonio José Castelo Branco Medeiros – Secretário da Educação e Cultura
Pedro Ferreira da Silva – Prefeito Municipal de São Gonçalo do Piauí

EXTRATO Nº CONVÊNIO Nº 0083/2010

ESPÉCIE: Convênio nº 0083/2010 celebrado entre SEDUC/PI e a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DOS MILAGRES-PI - Processo Administrativo Nº 0010145/2010.

OBJETO: O presente convênio tem por objeto a cooperação financeira que visa manter o transporte escolar para 09 (nove) alunos da Educação Básica, residentes na zona rural do município de Santa Cruz dos Milagres/PI, garantindo a locomoção de ida e volta para as unidades de ensino localizadas na sede do referido município, possibilitando a continuidade de seus estudos, com recursos financeiros oriundos do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e do PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar, a serem repassados pela CONCEDENTE à CONVENIENTE.

VALOR GLOBAL: O valor do presente convênio é de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais).

Parcelas: 09 (nove)

DATADA ASSINATURA: 29 de março de 2010.

SIGNATÁRIOS: Antonio José Castelo Branco Medeiros – Secretário da Educação e Cultura

João Paulo de Assis Neto – Prefeito Municipal de Santa Cruz dos Milagres

EXTRATO Nº CONVÊNIO Nº 00088/2010

ESPÉCIE: Convênio nº 00088/2010 celebrado entre SEDUC/PI e a PREFEITURA MUNICIPAL DE MURICÍ DOS PORTELAS-PI - Processo Administrativo Nº 0003361-4/2010.

OBJETO: cooperação financeira que visa manter o transporte escolar para 155 (cento e cinquenta e cinco) alunos da Educação Básica, residentes na zona rural do município de Murici dos Portelas, garantindo a locomoção de ida e volta para as unidades de ensino localizadas na sede do referido município, possibilitando a continuidade de seus estudos, com recursos financeiros oriundos do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e do PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar, a serem repassados pela CONCEDENTE à CONVENIENTE.

VALOR GLOBAL: O valor do presente convênio é de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

A CONCEDENTE processará a liberação dos recursos em 09 (nove) parcelas, sendo a 1ª parcela no valor de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais), e as 08 (oito) parcelas restantes, no valor de R\$ 14.450,00 (quatorze mil e quatrocentos e cinquenta reais) cada, depositando estes valores na conta corrente específica da CONVENIENTE de nº 11.614-9, agência nº 1679-9, no Banco do Brasil.

DATA DA ASSINATURA: 26 de março de 2010.

SIGNATÁRIOS:

Antonio José Castelo Branco Medeiros – Secretário da Educação e Cultura
Auridéa Santos Portela – Prefeita Municipal de Murici dos Portelas

EXTRATO CONVÊNIO Nº 0090/2010

ESPÉCIE: Convênio nº 0090/2010 celebrado entre SEDUC/PI e a PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO PIAUÍ-PI - Processo Administrativo Nº 0008763/2010.

OBJETO: Cooperação financeira que visa manter o transporte escolar para 24 (vinte e quatro) alunos da Educação Básica, residentes na zona rural do município de Lagoa do Piauí/PI, garantindo a locomoção de ida e volta para as unidades de ensino localizadas na sede do referido município, com recursos financeiros oriundos do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e do PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar.

VALOR GLOBAL: O valor do presente convênio é de R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais).

Parcelas: 09 (nove)

DATA DA ASSINATURA: 29 de março de 2010.

SIGNATÁRIOS: Antonio José Castelo Branco Medeiros – Secretário da Educação e Cultura

Matias Barbosa de Miranda Neto – Prefeito Municipal de Lagoa do Piauí/PI

OF. 06

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM INOCÊNCIO - PI

**AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 06/2010**

A Comissão Permanente da Pref. Mun. de Dom Inocêncio –PI, torna público que realizará licitação modalidade Convite nº06/2010. Tipo: menor preço global, Regime Execução: Empreitada por preço global, Objeto: Construção de Quadra Poliesportiva e pavimentação de seu entorno. Recurso: Gov.Federal/Min. dos Esportes/SME-TRANSF/REC .PROPRIAS Abertura: 09/04/2010 ÀS 09:00H na sala de reunião da Pref. Mun. de Dom Inocêncio, Pça. Camaratuba, s/n . (86)3580-1318.

Dom Inocêncio, 30 de março de 2010
Maiza de Oliveira Damasceno - Presidente da CPL.

MUNICÍPIO DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ

**Comissão de Licitação
Aviso de Editais**

Proc. Adm. n.016/2010, Tomada de Preço n.014/2010. Data de Recebimento de Documentação e Julgamento: 22/04/2010, às 09:00. Objeto: Locação de Veículo. Edital e informações na Av. 29 de Abril, 34, centro, Fone: (89) 3498-0063/0077.

Lagoa do Barro do Piauí, 30 de Março de 2010.

Paulo Raimundo de Sousa
Presidente da CPL

MACRO ATACADISTA S.A., torna público que requereu junto à Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos SEMAR-PI, o pedido de Renovação da Licença Operação (LO) de 01(um) poço tubular: localizado na Av. Higinio Cunha 2055 Bairro Ilhotas, município de TERESINA – PI; Bacia do Parnaíba, Sub-Bacia Difusa do Médio Parnaíba pra a reservar 6.570 m³/ano: **Latitude 05°05'27,50"S e Longitude 42°48'26,4"W**, para irrigação.

P.P. 11406

OUTROS



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente Edital, e em virtude de fiscalização ambiental realizada pela SEMAR, onde foi lavrado o AUTO DE INFRAÇÃO de número 2184, com a aplicação da sanção de MULTA e APREENSÃO, conforme os arts. 70, § 1º, e 72, III e IV, da Lei Federal Nº 9.605/98 e art. 3º, II e IV, do Decreto federal 6.514/08, em função de transporte de madeira sem autorização do órgão ambiental competente, na Rua Treze de maio, 307, 4º andar, Centro, SEMAR, município de Teresina – PI, fica NOTIFICADO o Sr. JOSÉ MARIA DE AGUIAR, situado no município de Teresina – PI, da HOMOLOGAÇÃO do Auto de Infração 2184, com manutenção da apreensão.

O autuado tem o prazo de 20 (vinte) dias, contados do dia seguinte à circulação do Diário Oficial do Estado, para apresentar recurso.

Teresina, 24 de março de 2010.

DALTON MELO MACAMBIRA

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente Edital, e em virtude de fiscalização ambiental realizada pela SEMAR, onde foi lavrado o AUTO DE INFRAÇÃO de número 0156, com a aplicação da sanção de APREENSÃO de produtos, conforme os arts. 70, § 1º, e 72, IV, da Lei Federal Nº 9.605/98 e art. 3º, IV, do Decreto federal 6.514/08, por uso de motosserra sem registro de identificação e sem licença legal da autoridade competente, fica NOTIFICADO o Sr. FRANCISCO DE SOUSA, situado na Localidade Vaquejador, município de Pau D'arco – PI, da HOMOLOGAÇÃO do Auto de Infração, ficando mantida a penalidade de apreensão em desfavor do autuado.

O autuado tem o prazo de 20 (vinte) dias, contados do dia seguinte à circulação do Diário Oficial do Estado, para apresentar recurso.

Teresina, 10 de julho de 2009.

DALTON MELO MACAMBIRA

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

OF. 310

EDITAL

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMAR toma público que, em atendimento à legislação vigente, promoverá Audiências Públicas para discussão do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA para o licenciamento ambiental do empreendimento denominado "BARRAGEM DE CASTELO", proposto para ser implantada no Rio Poti, no município de Juazeiro do Piauí-PI. As Audiências Públicas ocorrerão no dia 15 de abril de 2010, nos seguintes locais e horários: a partir das 09:00 horas, na sede da Câmara Municipal de Buriti dos Montes, situada a Av. José Soares, S/N – Edifício Centro Democrata Vereador José Soares, na cidade de Buriti dos Montes-PI; a partir das 14:30 horas, no auditório da sede da Secretaria Municipal de Educação, situado na Av. Antonino Freire, nº 460, na cidade de Castelo do Piauí-PI; e, a partir das 19:30 horas, na Quadra Central de Juazeiro do Piauí, situada na Rua João Visgueira, S/N, na cidade de Juazeiro do Piauí-PI. Para tanto, em atendimento ao disposto no art. 11 da Resolução CONAMA Nº 001/86, torna público que se encontra à disposição para consulta, cópia do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA do referido empreendimento, nas sedes das Prefeituras Municipais de Buriti dos Montes-PI, Castelo do Piauí-PI e Juazeiro do Piauí-PI e na sede da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, situada na Rua 13 de Maio, 307, Centro, Teresina – PI.

Prof. DALTON MELO MACAMBIRA

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

OF. 314



Governo do Estado do Piauí
Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA

EDITAL

A SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA - SEINFRA Torna público que recebeu junto à Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMAR/PI, a Licença Prévia (LP) D001689/09 - para Implantação de Urbanização do Porto dos Tatus (Ilha Grande), no município de Ilha Grande - PI.

Teresina, 30 de março de 2010

OF. 368



COMUNICAÇÃO AOS ACIONISTAS

AVISO

A Diretoria da ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S/A – AGESPISA avisa os ACIONISTAS desta Empresa, com direito a voto, que realizará ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, às 11:00 horas do dia 09 de abril de 2010 no edifício, sede localizado na Av. Mal. Castelo Branco, nº 101 – norte, bairro Cabral, em Teresina – PI, para deliberarem sobre matérias de sua competência privativa.

Teresina (PI), 29 de Março de 2010.

MERLONG SOLANO NOGUEIRA
Diretor-Presidente

OF. 338

3 - 1



EMGERPI – EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S.A. ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12/03/2010. Resumo para publicação.

Realização: sede da companhia, em Teresina, à Praça Marechal Deodoro, nº 774, Centro, às 10:00h dez horas do dia 12/03/2010. Convocação: feita pelo Conselho de Administração, publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí, edições de 04 (quatro), 05 (cinco) e 08/03/2010; e Jornal O DIA, edições de 05 (cinco), 06 (seis) e 08/03/2010. Mesa: Presidente, Kildere Ronne de Carvalho Souza, Procurador do Estado do Piauí, representante do acionista majoritário, Estado do Piauí, presidindo conforme § 1º do art. 21 do Estatuto Social; Secretária, Auricélia Castelo Branco Oliveira, designada pela Assembléia. Presenças: Acionistas, Estado do Piauí, representado pelo Procurador Geral do Estado, Sr. Kildere Ronne de Carvalho Souza. O acionista presente detém mais de 99% (noventa e nove por cento) do capital votante da sociedade. Deliberações aprovadas por unanimidade: 1. A Assembléia decidiu instalar apenas a AGE, apreciando a pauta da convocação. 2. Autorizou a Diretoria da Companhia a alienar os créditos ou a “Carteira” do FCVS – Fundo de Compensação de Variações Contratuais, a título oneroso. 3. Confirmou e ratificou a absorção de empregados da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Piauí – CIDAPI; da Empresa de Telecomunicações do Piauí – ETELP; e da Empresa de Turismo do Piauí – PIEMTUR, como autorizado pelo Decreto nº 13.326/2008, e ratificou a absorção de todas as despesas da folha de salários e encargos, como estabelecido pelo Decreto nº 13.908, de 29/10/2009. Assinaram a ata o Presidente, Kildere Ronne de Carvalho Souza, representante do acionista controlador Estado do Piauí; e a Secretária Auricélia Castelo Branco Oliveira. Teresina, 12 de março de 2010. Certifico o registro em 25/03/2010 sob nº 244716. Protocolo 10/008763-9, de 25/03/2010. Empresa 22 3 0000364 0. EMGERPI Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí S/A. José Eduardo Pereira Filho. Secretário Geral.

Kildere Ronne de Carvalho Souza
Presidente da AGE

Auricélia Castelo Branco Oliveira
Secretária da AGE

OF. 551



UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO - PREG
COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - UAB/UESPI



A Coordenação Geral de Educação a Distância-UAB/UESPI convoca os candidatos abaixo relacionados a comparecerem ao Campus Poeta Torquato Neto - Coordenação Geral de Educação a Distância, localizado na Rua João Cabral, 2231 – Bairro Pirajá, Teresina – PI, dia 31/03/2010, no horário de 8h as 12h, munidos de cópias do CPF, RG e comprovante de endereço, autenticados em cartório, dados bancários e currículo vitae atualizado, para darmos início aos procedimentos de contratação para exercício das funções para as quais foram selecionados.

CARGO: SECRETÁRIA PNAP

NOME	CPF
ILMARACHAVES LINARD	844.601.303-78
MÁRCIA DANIELLE SOARES COSTA	929.905.253-00
VINÍCIOS SALES OLIVEIRA COELHO	025.143.883-01

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO

NOME	CPF
JOSE MARIA CARDOSO FILHO	997.603.393-15

Bárbara Olímpia Ramos de Melo
Coordenadora Geral da EAD/UAB/UESPI

OF. 035

INDÚSTRIAS DUREINO S/A
CNPJ - 10.981.488/0001-39

Empresa Beneficiária dos Incentivos Fiscais do Nordeste – FINOR

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA – EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convidados os acionistas desta Sociedade a se reunir em Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada em primeira convocação às 10:00 horas do dia 29/04/10, na Sede Social, na Rua Livramento 206 – Terminal de Petróleo – Teresina – PI, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: -1) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício encerrado em 31/12/09; 2) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; 3) Fixar os honorários dos Administradores para o exercício de 2.010. Informamos aos Senhores Acionistas que os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei 6404/76 atualizada pela Lei 10.303 de 31/10/01, foram publicados em “O Diário do Povo”, edição de 29/03/2010 e no Diário Oficial do Estado do Piauí edição de 25/03/2010.

Teresina 30 de Março de 2.010

João de Almendra Freitas Filho
Presidente do Conselho de Administração

P.P. 11401

3 - 1

EXTRATO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PEQUENOS PRODUTORES DA LOCALIDADE AGUA BRANCA E LOCALIDADES VIZINHAS, doravante simplesmente designada neste estatuto de **AMPPLAB**. Fundada no dia 14 de março de 2010, na localidade Água Branca s/nº, Pau D'arco - PI, com sede e foro no mesmo município, é uma Pessoa Jurídica de Direito Privado, constituída por tempo indeterminado, sem fins econômicos, de caráter filantrópico, assistencial, promocional, recreativo e educacional, sem cunho político ou partidário, com a finalidade de atender a todos a que a ela se associem, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor e crença religiosa. **ARTIGO 1º - DOS FINS** - Melhorar a qualidade de vida de seus associados em geral, defendendo-os; organizando-os e desenvolvendo trabalho social junto aos idosos, jovens e crianças, distribuindo aos mesmos, gratuitamente benefícios alcançados junto aos Órgãos Municipais, Estaduais, Federais e a Iniciativa Privada; Presidente - Sebastião Bispo de Sousa
Pau D'arco, 20 de março de 2010

P.P. 11402

21

21

ESTOQUE DO NORDESTE S/A - CNPJ/MF: 04.082.004/0001-70

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores Acionistas, as Demonstrações contábeis da sociedade, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009:

A ADMINISTRAÇÃO
(Expresso em Reais)

Balanco Patrimonial levantado em 31/12/2009 e 31/12/2008		
ATIVO	31/12/2009	31/12/2008
CIRCULANTE	58.208.370	54.355.990
Disponibilidades	20.368.263	17.025.816
Caixa e bancos	1.571.383	357.555
Aplicações	18.796.880	16.668.261
Contas a Receber	30.934.578	30.381.342
Partes relacionadas	24.896.625	25.249.221
Outros clientes	6.037.952	5.132.121
Estoques	6.794.750	6.286.057
Estoques de Produtos e materiais	5.934.132	6.286.057
Importação em Andamento	860.617	-
Imposto a Compensar	31.892	48.898
Créditos a receber	77.865	612.785
Despesas Antecipadas	1.025	1.092
NÃO CIRCULANTE	7.040.237	5.773.761
Realizável à Longo Prazo	5.786.108	4.474.974
Empréstimo - Partes Relacionadas	1.102.954	1.069.035
Contas a receber - Partes Relacionadas	4.194.398	3.102.127
Depósito para Reinvestimento	488.756	303.812
Imobilizado	1.254.128	1.298.787
TOTAL DO ATIVO	65.248.607	60.129.751
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis		

Balanco Patrimonial levantado em 31/12/2009 e 31/12/2008		
PASSIVO	31/12/2009	31/12/2008
CIRCULANTE	1.381.910	3.430.556
Fornecedores	212.189	76.502
Partes relacionadas	32.432	15.908
Outros fornecedores	179.756	60.594
Salários a pagar	45.323	22.200
Obrigações tributárias e Sociais	972.342	947.729
Provisões e outras obrigações	152.055	67.927
Dividendos Propostos a Pagar	-	2.316.198
NÃO CIRCULANTE	5.027	29.843
Exigível a Longo Prazo	5.027	29.843
Parte Relacionada - Bike NE	-	29.843
Parte Relacionada - JCF	5.027	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	63.861.671	56.669.352
Capital Social Realizado	56.691.125	51.353.433
Reserva Legal	567.973	633.761
Reserva de Incentivos Fiscais	4.193.761	4.682.158
Dividendo Adicional Proposto	2.408.812	-
TOTAL DO PASSIVO	65.248.607	60.129.751
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis		

Demonstração dos Resultados dos Exercícios Findos em 31/12/2009 e 31/12/2008		
	31/12/2009	31/12/2008
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	41.508.682	39.984.286
(-) Deduções	(12.995.881)	(9.963.597)
(-) (ICMS, Cofins, Pis)	(8.905.007)	(9.352.257)
(-) Devoluções	(4.090.874)	(611.340)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28.512.801	30.020.689
(-)Custo dos Produtos Vendidos	(17.895.503)	(17.103.467)
LUCRO BRUTO	10.617.298	12.917.222
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(1.713.107)	(1.834.414)
Com Vendas	(1.568.401)	(1.696.802)
Administrativas	(69.894)	(80.953)
Depreciação e Amortização	(74.811)	(56.659)
(+) Receitas Financeiras Líquidas	1.895.429	1.112.000
(+) Receitas de Incentivos Fiscais	4.193.761	4.682.158
(+) Outras Receitas Operacionais	-	-
(+) Ganho na Venda do Imobilizado	6.636	-
LUCRO OPERACIONAL	15.000.018	16.876.966
(-) IRPJ e CSLL	(3.640.557)	(4.107.241)
(-) Participação dos Administradores	-	(94.500)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11.359.461	12.675.225
Lucro por ação - R\$	1,3436	1,4999
Quantidades de ações ao final do exercício	8.454.207	8.450.627
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis		

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício Findo em 31/12/2009 e 31/12/2008						
	Capital Social	Reserva Legal	Incentivos Fiscais	Dividendos adicionais	Lucros acumulados	Patrimônio Líquido
Patrimônio Líquido						
Saldo, 31 de Dezembro de 2007	41.517.463	308.917	3.657.623	-	5.869.430	51.353.433
Aumento de Capital com Reservas	3.966.540	(308.917)	(3.657.623)	-	-	-
Lucros Reinvestidos	5.869.430	-	-	-	(5.869.430)	-
Proposta de destinação dos Lucros						
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	12.675.225	12.675.225

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Acionistas e Administradores
Eleto do Nordeste S.A.

1. Examinamos o balanço patrimonial da Eletro do Nordeste S/A, levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Exceto quanto aos assuntos mencionados nos parágrafos 3 e 4, nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Não foram recebidas de forma satisfatória as confirmações externas dos saldos mantidos com clientes e fornecedores, tampouco a posição das ações patrocinadas pelos assessores jurídicos da empresa, procedimento obrigatório de auditoria. Como consequência, não foi possível concluirmos quanto à existência de ativos e passivos não registrados e seus efeitos nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2009, decorrentes da não aplicação deste procedimento.
4. Conforme nota explicativa 2, a administração está em processo de levantamento e análise para a adequada aplicação dos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos – CPC que estão em vigor e aqueles que vigorarão a partir de 2010. Em virtude do atual estágio destes levantamentos, não foi possível quantificar os valores envolvidos nos ativos registrados nas rubricas de “Contas a receber” e “Estoques” da empresa e suas controladas que deveriam ser ajustados para refletir seu adequado valor de realização. Como consequência, não foi possível opinarmos sobre os possíveis efeitos decorrentes de eventuais provisões necessárias para adequar o valor apresentados naquelas rubricas e seus respectivos efeitos nas demonstrações contábeis.
5. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos de possíveis ajustes que poderiam resultar dos assuntos mencionados nos parágrafos 3 e 4, e pelo efeito mencionado no parágrafo 5, as demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 1 representam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletro do Nordeste S/A em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, do fluxos de caixa e do valor adicionado ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
6. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, que estão sendo apresentadas de forma comparativa, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer, sem ressalvas, datado de 25 de março de 2009.

São Paulo, 19 de março de 2010.



**BAKER TILLY
BRASIL**

BAKER TILLY BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-2SP016754/O-1

PAULO SÉRGIO BARBOSA
CONTADOR – CRC-1SP120359/O-E

ELETRO DO NORDESTE S/A**Notas explicativas às demonstrações contábeis FINDAS**

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A companhia foi constituída em 02 de outubro de 2.000, tendo como objetivo social a montagem e a industrialização a comercialização de ventiladores, fogões, televisores, máquinas de lavar, geladeiras, eletro eletrônicos, equipamentos de som e outros utilitários domésticos, veículos, de seus componentes, manutenção, assistência técnica, inclusive a importação e exportação desses produtos, partes e peças, o comércio em todas as modalidades, inclusive de quaisquer outros produtos, podendo ser estendida a quaisquer ramo de comércio ou indústria e dedicar-se ainda a outras atividades, conexas ou não, desde que não sejam contrárias à Lei. Bem como a participação como instituidora de sociedades civis de direito privado, de caráter social, assistencial, cultural e educacional, sem fins lucrativos. No início de 2003 destaca-se a primeira fase do projeto e em março/2003 a companhia se dedica ao processo produtivo e de comercialização, iniciando assim suas operações.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas nas Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09, pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, vigentes em 2009, e Conselho Federal de Contabilidade. Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto as demonstrações contábeis incluem várias estimativas; entre elas, aquelas referentes à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado, as provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda, provisão para devedores duvidosos e outras similares. Por serem estimativas é possível que os resultados reais possam apresentar variações.

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, a qual entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008. A referida Lei sofreu modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, transformada na Lei 11.941/09. Tais diplomas legais modificaram certos dispositivos da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). Essa alteração teve como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo “International Accounting Standard Board – IASB”.

2.1 Novos pronunciamentos (CPC's) emitidos em 2009 e que entrarão em vigor a partir de 2011

Dando continuidade ao processo de atualização da legislação societária brasileira, a segunda etapa da convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) se cumpriu durante o ano de 2009, com a edição de diversos pronunciamentos, interpretações e orientações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais não foram adotados antecipadamente.

Atualmente, a Administração está em processo de avaliação dos potenciais efeitos relativos aos seguintes pronunciamentos, interpretações e orientações, os quais poderão ter impacto relevante nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a serem apresentadas comparativamente às demonstrações financeiras relativas ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010, bem como sobre os próximos exercícios.

Os Pronunciamentos que serão aplicáveis, considerando suas operações são:

CPC 16 – Estoques
CPC 18 – Investimentos em coligadas e controladas
CPC 20 – Custos dos empréstimos
CPC 21 – Demonstração intermediária
CPC 22 – Informação por seguimento
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.
CPC 24 – Evento subsequente
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis
CPC 27 – Ativo Imobilizado
CPC 30 – Receitas
CPC 31 – Ativo não circulante para venda e operação descontinuada
CPC 32 – Tributos sobre o lucro
CPC 36 – Demonstrações consolidadas
CPC 37 – Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação
CPC 43 – Adoção inicial dos CPC's de 15 à 40
OCPC 03 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento, mensuração e evidênciação
ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil
ICPC 08 – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos
ICPC 09 – Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial
ICPC 10 – Interpretação sobre aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos CPC's 27, 28, 37 e 43

A administração vem procedendo aos estudos e análises necessárias para adequada aplicação de todos os pronunciamentos emitidos em vigor ou a vigorar, de forma a espelhar em suas demonstrações as práticas contábeis adotadas no Brasil. Estes processos deverão estar concluídos ao longo do exercício de 2010, quando serão implementados e devidamente registrados nas demonstrações contábeis, de forma a refleti-los de forma adequada.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

(a) Caixa equivalentes de caixa

As disponibilidades são avaliadas pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco liquidez, com taxas factíveis às praticadas pelo mercado.

(b) Contas a receber

As contas a receber de clientes são avaliadas e apresentadas pelo valor nominal dos títulos, não incluindo o ajuste a valor presente e a provisão para créditos de liquidação duvidosa. A administração vem procedendo aos estudos necessários para poder refletir estes ajustes aos saldos contábeis, propiciando melhor entendimentos sobre estes saldos.

(c) Estoques

Os estoques são avaliados pelo custo médio, acrescido pelos custos de aquisição, quando aplicável, estando apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição ou produção e o valor líquido realizável. Está em processo o levantamento de itens que por ventura possam ser considerados como obsoletos e, se aplicável, sua respectiva provisão.

(d) Investimentos em controladas

Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, a participação da empresa no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido da controlada, após a aquisição, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital ou de ajustes de exercícios anteriores, é reconhecida como receita (ou despesa) operacional.

Quando necessário, as práticas contábeis da controlada são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela empresa

(e) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, a taxas mencionadas na nota explicativa nº 7, que consideram as taxas permitidas fiscalmente, sendo que à partir de 2010 estas taxas devem ser revistas e considerarem a vida útil estimada de cada bem, conforme Resolução Nº 1.177, do Conselho Federal de Contabilidade.

(f) Passivos circulantes e não circulantes

Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

(g) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

(h) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nos lucros tributáveis, de acordo com a legislação tributária brasileira, à taxa de 15% de imposto de renda, com adicional de 10% sobre o excedente à R\$ 240, e 9% de contribuição social.

(i) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

(j) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor presente pela venda de produtos e mercadorias. A receita é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. Assim, empresa adota como política de reconhecimento de receita na data em que o produto ou mercadoria é entregue ao comprador.

(K) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos registrados no imobilizado e como não circulantes sofreram as análises internas e externas previstas no pronunciamento 01 (CPC 01), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2009	2008
Caixa	119	80
Banco conta movimento	1.452	278
Aplicações financeiras		
Banco do Brasil – Fd. Curto Prazo	12.143	14.049
Banco Bradesco – CDB	2.374	54
Banco do Nordeste – Fd. Curto Prazo	2.726	1.859
Banco Real – Fd. Curto Prazo	0	706
CEF – Fundos CDB/RDB	1.554	0
	18.797	16.668
	20.368	17.026

5. CONTAS A RECEBER

	2009	2008
Partes relacionadas	29.091	28.351
Outros clientes	6.038	5.132
	35.129	33.483
Circulante	30.935	30.381
Não Circulante	4.194	3.102

6. ESTOQUES

	2009	2008
Produtos acabados	1.437	1.263
Matéria prima	4.342	4.904
Materiais de embalagem	149	103
Importação em andamento	861	10
Materiais secundários	6	5
	6.795	6.286

7. IMOBILIZADO

	Depreciação		
	%	2009	2008
Máquinas e equipamentos	10%	1.080	1.061
Equipamentos de informática	20%	10	8
Veículos	20%	192	86
Móveis e utensílios	10%	643	632
(-) Depreciação acumulada		(671)	(489)
		1.254	1.299

Conforme previsto na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 1.177/09, a administração irá rever as taxas de depreciação para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2010, de acordo com a vida útil remanescente dos itens do ativo imobilizado.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**8.1 Capital Social**

O capital social subscrito e integralizado está representado por R\$ 56.691 mil (R\$ 51.353 em 2008) dividido em ações nominativas ou nominativas endossáveis, sem valor nominal, a seguir demonstrado (em Reais)

2009				
	Capital Autorizado		Subscrito e Integralizado	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Ações Ordinárias	32.000.000	32.000.000	3.383.878	22.693.451
Ações Classe "A"	48.000.000	48.000.000	5.070.329	33.997.668
Total	80.000.000	80.000.000	8.454.207	56.691.125

2008				
	Capital Autorizado		Subscrito e Integralizado	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Ações Ordinárias	32.000.000	32.000.000	3.380.298	20.541.660
Ações Classe "A"	48.000.000	48.000.000	5.070.329	30.811.773
Total	80.000.000	80.000.000	8.450.627	51.353.433

8.2 Reserva legal

A reserva legal foi constituída com a destinação de 5% sobre o lucro líquido, em conformidade com o artigo 193, da Lei 6.404/76

**8.3 Reserva de incentivos fiscais**

A reserva para incentivos fiscais foi constituída de acordo com o artigo 195-A, da Lei 6.404, alterada pela Lei 11.638. Essa reserva corresponde às subvenções governamentais recebidas e relacionadas aos investimentos nas operações da empresa e que foram reconhecidas no resultado do exercício.

8.4 Dividendos

De acordo com o estatuto social prevê distribuição de 25% como dividendos mínimos aos acionistas, podendo ser deliberado em assembléia distribuição inferior ao obrigatório, na forma da legislação societária

Os dividendos estão assim calculados e demonstrados:

	2009	2008
Lucro líquido do exercício	11.359	12.675
Reserva legal (5%)	568	634
Reservas de incentivos fiscais (reflexa)	4.194	4.682
Base de cálculo dos dividendos	6.597	7.359
Dividendos mínimos (25%)	1.649	1.840
Dividendos intermediários	4.189	5.043
Dividendos propostos	2.409	2.316
Dividendos totais	4.189	7.359

8.5 Reservas para aumento de capital e para dividendos

Apesar de previstas em seu estatuto, a administração não vem realizando sua constituição por considerar desnecessária em função de ter atingido seus objetivos no tocante aos aumentos de capital e distribuição dos dividendos, por ter havido reinvestimento constante na companhia. Na assembléia geral ordinária a ser realizada para aprovação das contas, será proposta pela administração a exclusão no estatuto social a necessidade da constituição destas reservas, permanecendo inalteradas as demais destinações do resultado.

9. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

O cálculo e a conciliação do montante de imposto de renda e da contribuição social podem ser assim demonstrados

	2009	2008
Resultado antes dos efeitos tributários	15.000	16.782
Adições	0	100
(-) Exclusões	4.194	4.682
Base de cálculo do IR	10.806	12.200
(-) Exclusões CS	-	95
Base de cálculo do CS	10.806	12.105
Imposto de renda (15%)	1.621	1830
Adicional(10%)	1.057	1.196
(-)Pat	(11)	(8)
Imposto de renda total	2.667	3.018
Contribuição social (9%)	973	1.089
Total do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	3.640	4.107

10. PARTES RELACIONADAS

A companhia realiza diversas transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preço e condições normais de mercado. As transações referem-se principalmente a operações mercantis e mútuos entre coligadas

	Operações Mercantis		Reflexo no Resultado		Mútuo	
	A Receber	A Pagar	Receitas	Despesas	Passivo	Ativo
Claudino S/A	22.778		23.447			
Rianil Ltda.	169		203			
Distrib. Sucesso Ltda.						
Socic	5.053		5.483			
Houston S.A.	93		151			93
Construtora Sucesso	11		12			
Colon Ltda.		3				845
Guadalajara S/A		5			65	164
Halley Ltda.	1		1		1	
Metidieri S.A.	984		1.139			
Socimol	3		20			
Rápido London S/A		24	85		34	
	29.091	32	30.539		100	1.102

11. SEGUROS

A empresa mantém cobertura de seguro por montantes considerados pela Administração suficientes para a cobertura de riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A empresa possui instrumentos financeiros não-derivativos como aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

A empresa não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros para fins de reduzir seu grau de exposição a riscos de mercado, de moeda e taxas de juros. Não foram desenvolvidas transações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de especulação.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VALDECY CLAUDINO: Presidente

JOÃO CLAUDINO FERNANDES: 1º Vice- Presidente

JOÃO CLAUDINO FERNANDES JÚNIOR: 2º Vice-Presidente

DIRETORIA

JOÃO CLAUDINO FERNANDES JÚNIOR: Diretor Presidente

VIRGÍNIA DE MEDEIROS CLAUDINO MILANI: Diretora superintendente

GERENTE DE CONTROLADORIA

ELSON DO NASCIMENTO OLIVEIRA

CONTADOR - CRC-PI 4.693

CPF: 618.033.833-72

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Acionistas e Administradores
Bike do Nordeste S/A

1. Examinamos o balanço patrimonial da Bike do Nordeste S/A, levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Exceto quanto aos assuntos mencionados nos parágrafos 3 e 4, nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Não foram recebidas de forma satisfatória as confirmações externas dos saldos mantidos com clientes e fornecedores, tampouco a posição das ações patrocinadas pelos assessores jurídicos da empresa, procedimento obrigatório de auditoria. Como consequência, não foi possível concluirmos quanto à existência de ativos e passivos não registrados e seus efeitos nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2009, decorrentes da não aplicação deste procedimento.
4. Conforme nota explicativa 2, a administração está em processo de levantamento e análise para a adequada aplicação dos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos – CPC que estão em vigor e aqueles que vigorarão a partir de 2010. Em virtude do atual estágio destes levantamentos, não foi possível quantificar os valores envolvidos nos ativos registrados nas rubricas de “Contas a receber” e “Estoques” da empresa e suas controladas que deveriam ser ajustados para refletir seu adequado valor de realização. Como consequência, não foi possível opinarmos sobre os possíveis efeitos decorrentes de eventuais provisões necessárias para adequar o valor apresentados naquelas rubricas e seus respectivos efeitos nas demonstrações contábeis.
5. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos de possíveis ajustes que poderiam resultar dos assuntos mencionados nos parágrafos 3 e 4, as demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 1 representam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bike do Nordeste S/A em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
6. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, que estão sendo apresentadas de forma comparativa, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas em 25 de março de 2009.

São Paulo, 19 de março de 2010.



BAKER TILLY
BRASIL
BAKER TILLY BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-2SP016754/O-1

PAULO SÉRGIO BARBOSA
CONTADOR – CRC-1SP120359/O-8

BIKE DO NORDESTE S/A

Notas explicativas às demonstrações contábeis FINDAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A companhia foi constituída em 02 de setembro de 1997, tendo como objetivo social a industrialização e a comercialização de bicicletas, veículos automotores e motocicletas, de seus componentes, manutenção, assistência técnica, inclusive a importação e exportação desses produtos, partes e peças, bem como a participação como instituidora de sociedades de direito privado, de caráter social, assistencial, cultural e educacional, sem fins lucrativos. No início de 2001 destaca-se a primeira fase do projeto e em março de 2001 a Companhia se dedica ao processo produtivo e de comercialização, iniciando assim suas operações.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas nas Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09, pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, vigentes em 2009, e Conselho Federal de Contabilidade. Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto as demonstrações contábeis incluem várias estimativas; entre elas, aquelas referentes à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado, as provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda, provisões para devedores duvidosos e outras similares. Por serem estimativas é possível que os resultados reais possam apresentar variações.

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, a qual entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008. A referida Lei sofreu modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, transformada na Lei 11.941/09. Tais diplomas legais modificaram certos dispositivos da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). Essa alteração teve como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo “International Accounting Standard Board – IASB”.

2.1 Novos pronunciamentos (CPC's) emitidos em 2009 e que entrarão em vigor a partir de 2010

Dando continuidade ao processo de atualização da legislação societária brasileira, a segunda etapa da convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) se cumpriu durante o ano de 2009, com a edição de diversos pronunciamentos, interpretações e orientações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais não foram adotados antecipadamente.

Atualmente, a Administração está em processo de avaliação dos potenciais efeitos relativos aos seguintes pronunciamentos, interpretações e orientações, os quais poderão ter impacto relevante nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a serem apresentadas comparativamente às demonstrações financeiras relativas ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010, bem como sobre os próximos exercícios.

Os Pronunciamentos que serão aplicáveis, considerando suas operações são:

- CPC 16 – Estoques
- CPC 20 – Custos dos empréstimos
- CPC 21 – Demonstração intermediária
- CPC 22 – Informação por seguimento
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.
- CPC 24 – Evento subsequente
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis
- CPC 27 – Ativo Imobilizado
- CPC 30 – Receitas
- CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada
- CPC 32 – Tributos sobre o lucro
- CPC 36 – Demonstrações consolidadas
- CPC 37 – Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
- CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação
- CPC 43 – Adoção inicial dos CPC's de 15 à 40
- OCPC 03 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento, mensuração e evidênciação
- ICPC 03 – Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil
- ICPC 08 – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos
- ICPC 09 – Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial
- ICPC 10 – Interpretação sobre aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos CPC's 27, 28, 37 e 43

A administração vem procedendo aos estudos e análises necessárias para adequada aplicação de todos os pronunciamentos emitidos em vigor ou à vigorar, de forma a espelhar em suas demonstrações as práticas contábeis adotadas no Brasil. Estes processos deverão estar concluídos ao longo do exercício de 2010, quando serão implementados e devidamente registrados nas demonstrações contábeis, de forma a refleti-los de forma adequada.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

(a) Caixa equivalentes de caixa

As disponibilidades são avaliadas pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco liquidez, com taxas factíveis às praticadas pelo mercado.

(b) Contas a receber

Diário Oficial

Teresina - Quarta-feira, 31 de março de 2010 • Nº 60

27

As contas a receber de clientes são avaliadas e apresentadas pelo valor nominal dos títulos, não incluindo o ajuste a valor presente e a provisão para créditos de liquidação duvidosa. A administração vem procedendo aos estudos necessários para poder refletir estes ajustes aos saldos contábeis, propiciando melhor entendimentos sobre estes saldos.

(c) Estoques

Os estoques são avaliados pelo custo médio, acrescido pelos custos de aquisição, quando aplicável, estando apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição ou produção e o valor líquido realizável. Está em processo o levantamento de itens que por ventura possam ser considerados como obsoletos e, se aplicável, sua respectiva provisão.

(d) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, a taxas mencionadas na nota explicativa nº 7, que consideram as taxas permitidas fiscalemente, sendo que a partir de 2010 estas taxas devem ser revistas e considerarem a vida útil estimada de cada bem, conforme Resolução Nº 1.177, do Conselho Federal de Contabilidade.

(e) Passivos circulantes e não circulantes

Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

(f) Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

(g) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

(h) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nos lucros tributáveis, de acordo com a legislação tributária brasileira, à taxa de 15% de imposto de renda, com adicional de 10% sobre o excedente à R\$ 240, e 9% de contribuição social. O valor da isenção de 75% (setenta e cinco por cento) foi calculado com base no lucro da exploração e seu valor transferido para resultado do exercício, como receitas.

(i) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

(j) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor presente pela venda de produtos e mercadorias. A receita é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. Assim, empresa adota como política de reconhecimento de receita na data em que o produto ou mercadoria é entregue ao comprador.

(K) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos registrados no imobilizado e como não circulantes sofreram análises internas e externas previstas no pronunciamento 01 (CPC 01), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2009	2008
Caixa	97	131
Banco conta movimento	2.604	2.055
Aplicações financeiras	37.801	24.087
Aplicações Financeiras	40.502	26.273

Instituição Financeira	Modalidade de Aplicação	2009	2008
Banco Real	Fundos CP, DI e Renda Fixa	0	706
Banco Bradesco S/A	Fundos CDB	531	0
Banco Santander S/A	Prazo Fixo (CDB / RDB)	5.004	4.694
Caixa Econômica Federal	Prazo Fixo (CDB / RDB)	1.583	0
Banco do Brasil	Curto Prazo	30.683	18.685
Totais		37.801	24.087

5. CONTAS A RECEBER

	2009	2008
Partes relacionadas	36.878	40.423
Outros clientes	32.007	24.919
	68.885	65.342

Circulante	65.881	62.003
Não Circulante	3.004	3.339

6. ESTOQUES

	2009	2008
Produtos acabados	2.419	3.297
Matéria prima	13.436	16.967
Importações em andamento	6.368	4.839
Materiais de embalagem	293	247
Materiais secundários	150	136
	22.666	25.486

7. IMOBILIZADO

	Depreciação %	2009	2008
Imóveis	10%	2.506	2.506
Obras preliminares e complementares	4%	724	724
Obras civis	4%	8.556	6.906
Instalações	10%	796	796
Máquinas e equipamentos nacionais	10%	3.868	3.544
Máquinas e equipamentos estrangeiros 10%	10%	6.672	6.450
Equipamentos de informática	20%	329	303
Veículos	20%	1.536	1.475
Móveis e utensílios	10%	1.081	989
(-) Depreciação acumulada	0%	(10.913)	(9.217)
		15.155	14.476

Conforme previsto na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 1.177/09, a administração irá rever as taxas de depreciação para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2010, de acordo com a vida útil remanescente dos itens do ativo imobilizado

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os financiamentos obtidos pela entidade, de curto e de longo prazos, estão representados por Cédulas de Créditos (FNE), com taxa de juros atual de 10,00% a.a., com bônus de adimplência de 15% a.a., sobre os encargos incidentes, desde que as parcelas, principal e juros, sejam pagas até a data do vencimento. À Cédula de Crédito do Banco do Brasil incide taxa de juros de 3,6% a.a. mais TJLP a.a., conforme demonstrado a seguir

Instituição financeira	2009	2008
Banco do Nordeste do Brasil S/A	393	1.143
Banco do Brasil S/A	97	97
	490	1.240

Circulante	393	762
Não circulante	97	478

Objeto	Vencimento	Instituição financeira	Garantias	2009	2008
Máquinas	26/6/2010	Banco do Nordeste	O próprio bem	51	157
Obras Civis	1/6/2010	Banco do Nordeste	Terreno de	257	819
Caminhão Baú	26/4/2009	Banco do Nordeste	O próprio bem	-	20



Caminhão Baú
Caminhão Baú
Caminhão Baú

6/9/2010
27/11/2011
15/7/2011

Banco do Nordeste
Banco do Nordeste
Banco do Brasil

O próprio bem
O próprio bem
O próprio bem

17 44
67 102
98 98
490 1.240

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

9.1 Capital Social

O capital social subscrito e integralizado está representado por R\$ 137.727 mil (R\$ 121.647 mil em 2008) dividido em ações nominativas ou nominativas endossáveis, sem valor nominal, a seguir demonstrado (em Reais)

2009		
	Quantidade	Valor integralizado
	Autorizada	Integralizada
Ações Ordinárias	64.000.000	11.200.150
Ações Preferenciais – Classe A	96.000.000	19.130.034
Total	160.000.000	30.330.184

2008		
	Quantidade	Valor integralizado
	Autorizada	Integralizada
Ações Ordinárias	55.000.000	11.200.150
Ações Preferenciais – Classe A	75.000.000	18.618.801
Total	130.000.000	29.818.951

9.2 Reserva legal

A reserva legal foi constituída com a destinação de 5% sobre o lucro líquido, em conformidade com o artigo 193, da Lei 6.404/76

9.3 Reserva de incentivos fiscais

A reserva para incentivos fiscais foi constituída de acordo com o artigo 195-A, da Lei 6.404, alterada pela Lei 11.638. Essa reserva corresponde às subvenções governamentais recebidas e relacionadas aos investimentos nas operações da empresa e que foram reconhecidas no resultado do exercício.

9.4 Dividendos

O estatuto social prevê distribuição de 25% como dividendos mínimos aos acionistas, podendo ser deliberado em assembléia distribuição inferior ao obrigatório, na forma da legislação societária, como segue:

	2009	2008
Lucro líquido do exercício	17.146	19.518
Reserva legal (5%)	(857)	(976)
Reservas de incentivos fiscais (reflexa)	(11.249)	(11.322)
Base de cálculo dos dividendos	5.040	7.220
Dividendos mínimos (25%)	1.260	1.805
Dividendos intermediários	3.637	5.759
Dividendos propostos	1.403	1.461
Dividendos totais	5.040	7.220

10. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

O cálculo e a conciliação do montante de imposto de renda e da contribuição social podem ser assim demonstrados:

	2009	2008
Resultado antes dos efeitos tributários	20.095	23.790
Adições		
(-) Exclussões	11.248	11.321
Base de cálculo do IR e da CS	8.847	12.469
Imposto de renda (15%)	1.327	1.871
Adicional (10%)	860	1.224
(-) Pat	(33)	(40)
Imposto de renda total	2.154	3.055
Contribuição social (9%)	796	1.123
Total do Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	2.950	4.178

11. PARTES RELACIONADAS

A companhia realiza diversas transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preço e condições normais de mercado. As transações referem-se principalmente a operações mercantis e mútuos entre coligadas

	Operações Mercantis		Reflexo no Resultado		Mútuo	
	A Receber	A Pagar	Receitas	Despesas	Passivo	Ativo
Claudino S/A	20.839	4	23.785		7	44
Socic S/A	6.794		3.961			
Eletro S/A			1			
Houston S/A	8.500		3.375			
Rianil S/A	94		47			
Metidieri S/A	645		671			
Construtora Sucesso	5	10	76			
Socimol Ind. de Colchões			9			
Colon Ltda.			266		1	250
Distribuidora Sucesso					2	
Houston Empreend.						4.659
Halley S/A	1		2		108	
Guadalajara S/A		24			198	1.052
Rápido London		241	25		157	
	36.878	279	32.218		471	6.005

12. INCENTIVOS FISCAIS

Imposto de Renda e Contribuição Social

Incentivo calculado com base no Lucro da Exploração onde a empresa goza da isenção de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto calculado, sendo a isenção transferida para resultado do exercício, como receitas:

ICMS

A companhia goza de incentivos fiscais na fabricação e montagens de bicicleta, kits, aros, bicicleta ergométrica, esteira elétrica, aparelhos de ginástica, Cyclomotor 50 cc 4T, motocicleta - 100cc - 4T - motocicleta 125cc - 4T, com freio a disco e partida elétrica, até o ano calendário de 2013, conforme DECRETO Nº 9.942 de 15 de julho de 1998 e DECRETO Nº 11.836 de 01 agosto de 2005, com isenção do ICMS devido. O saldo devido é constituído como se devido fosse, sendo o benefício transferido para o resultado como receitas.

13. SEGUROS

A empresa mantém cobertura de seguro por montantes considerados pela Administração suficientes para a cobertura de riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A empresa possui instrumentos financeiros não-derivativos como aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

A empresa não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros para fins de reduzir seu grau de exposição a riscos de mercado, de moeda e taxas de juros. Não foram desenvolvidas transações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de especulação.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOÃO CLAUDINO FERNANDES: Presidente
VIRGINIA DE MEDEIROS CLAUDINO MILANI: 1º Vice- Presidente
JOÃO CLAUDINO FERNANDES JÚNIOR: 2º Vice-Presidente

DIRETORIA

JOÃO CLAUDINO FERNANDES JÚNIOR: Diretor Presidente
VALDECY CLAUDINO: Diretor superintendente

GERENTE DE CONTROLADORIA

ELSON DO NASCIMENTO OLIVEIRA
CONTADOR - CRC-PI 4.693
CPF: 618.033.833-72

Diário Oficial

Teresina - Quarta-feira, 31 de março de 2010 • Nº 60

29

HOUSTON do Nordeste S.A. - CNPJ/MF: 10.308.971/0001-57			
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO			
Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores Acionistas, às Demonstrações contábeis da sociedade, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009!			
A ADMINISTRAÇÃO (Expresso em Reais)			
Balanco Patrimonial levantado em 31/12/2009 e 31/12/2008			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício Findo em 31/12/2009 e 31/12/2008
ATIVO	31/12/2009	31/12/2008	
CIRCULANTE	5.831.240	10.675.422	Patrimônio Líquido
Disponibilidades	2.326.705	2.714.790	Saldo, 31 de Dezembro de 2007
Caixa e bancos	167.677	193.241	Aumento de Capital com Reservas
Aplicações	2.159.028	2.521.549	Lucros Reinvestidos AGE 07/04/08
Contas a Receber	2.199.273	1.876.829	Dividendos distribuídos
Partes relacionadas	1.003.666	38.108	Proposta de destinação dos Lucros:
Outros clientes	1.195.607	1.838.721	Lucro Líquido do Exercício
Estoques de Produtos	814.407	1.433.043	Reserva legal
Imposto a Compensar	156.520	854.560	Reserva de Incentivos Fiscais - Reflexa
Créditos a receber	334.336	376.053	Dividendos Intermediários distribuídos
Dividendos Propostos a Receber	-	3.420.147	Dividendos (R\$ 4,6533 por ação)
NÃO CIRCULANTE	186.561.434	167.487.654	Saldo, 31 de Dezembro de 2008
Realizável à Longo a Prazo	8.001.417	7.253.669	Aumento de Capital com Reservas
Partes Relacionadas	315.962	347.233	Lucros Reinvestidos AGE 07/04/09
Créditos a Receber Bradesco	1.562.845	783.826	Proposta de Destinação dos Lucros:
Créditos a Receber Finasa	6.122.610	6.122.610	Lucro Líquido do Exercício
Inventimentos	177.922.380	159.490.893	Reserva legal
Participações em Coligadas	177.826.702	159.395.215	Reserva de Incentivos Fiscais - Reflexa
Finor	95.678	95.678	Dividendos Intermediários distribuídos
Imobilizado líquido	600.420	708.439	Dividendos Propostos
Intangíveis-Marcas e Patentes	37.217	34.653	Saldo, 31 de Dezembro de 2009
TOTAL DO ATIVO	192.392.674	178.163.076	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			Demonstração dos Fluxos de Caixa Método Direto para Exercício Findo em 31/12/2009 e 31/12/2008
Balanco Patrimonial levantado em 31/12/2009 e 31/12/2008			
PASSIVO	31/12/2009	31/12/2008	
CIRCULANTE	8.933.257	14.283.722	CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO)GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS
Fornecedores	8.736.695	13.191.673	Recebimentos
Partes relacionadas	8.503.926	13.182.892	Recebimento de Clientes
Outros fornecedores	232.770	8.781	Recebimento de Juros
Salários a pagar	25.097	14.565	Pagamentos
Obrigações tributárias	76.694	82.238	Fornecedores
Provisões e outras obrigações	94.771	129.390	Salários, Rescisões e Pró labore
Dividendos Propostos a Pagar	-	865.856	Tributos e Encargos Sociais
NÃO CIRCULANTE	763.928	288.434	Despesas Operacionais
Exigível a Longo Prazo	763.928	288.434	CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS
Partes Relacionadas	763.928	288.434	Recebimento da venda de Imobilizado
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	182.695.489	163.590.920	Recebimento de Dividendos Intermediários
Capital Social Realizado	164.456.775	148.983.852	Depósito Compulsório - Finor/Bradesco
Reserva Legal	1.154.771	1.245.337	Investimentos no Imobilizado
Reserva de Incentivos Fiscais Reflexa	12.675.530	13.361.731	CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS
Dividendo Adicional Proposto	4.408.413	-	Pagamento de Dividendos Intermediários de 2009
TOTAL DO PASSIVO	192.392.674	178.163.076	Pagamento e Empréstimo efetuado para Partes Relacionadas
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA
	31/12/2009	31/12/2008	Saldo Inicial das disponibilidades em 31/12/2007
RECEITA DA VENDA DE PRODUTOS	12.415.633	7.034.062	Saldo Final das disponibilidades em 31/12/2008
(+) Ganho na venda do Imobilizado	16.815	36.066	Saldo Final das disponibilidades em 31/12/2009
(-) Custo dos Produtos Vendidos - Insumos	(7.347.236)	(5.129.535)	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
(-) Despesas Operacionais	(3.724.738)	(2.312.688)	Demonstração do Valor Agregado do Exercício Findo em 31/12/2009 e 31/12/2008
(-) Depreciações e Amortizações	(164.819)	(222.616)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	1.195.655	(594.711)	RECEITA DA VENDA DE PRODUTOS
(+) Lucro da Equivalência Patrimonial e dividendos	24.239.327	27.201.522	(+) Ganho na venda do Imobilizado
(+) Receitas Financeiras	342.737	194.635	(-) Custo dos Produtos Vendidos - Insumos
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	25.777.720	26.801.446	(-) Despesas Operacionais
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	25.777.720	26.801.446	(-) Depreciações e Amortizações
Empregados e diretores	1.084.590	581.863	VALOR ADICIONADO LÍQUIDO
Governo	1.511.525	897.425	(+) Lucro da Equivalência Patrimonial e dividendos
Acionistas	4.856.701	10.707.675	(+) Receitas Financeiras
Juros e aluguéis	86.189	7.415	VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR
Lucros retidos	18.238.714	14.607.068	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			Empregados e diretores
	2009	2008	Governo
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	13.658.364	6.968.010	Acionistas
Janeiro	279.686	978.376	Juros e aluguéis
Fevereiro	429.956	385.857	Lucros retidos
Março	457.362	360.494	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis
Abril	4.006.262	617.753	Faturamento Bruto de 2009 e 2008
Maio	3.518.442	349.122	
Junho	928.533	557.135	RECEITA OPERACIONAL BRUTA
Julho	964.503	607.565	Jan
Agosto	919.680	583.730	Fev
Setembro	801.372	789.965	Mar
Outubro	683.898	638.032	Abr
Novembro	466.593	592.295	Mai
Dezembro	202.077	507.685	Jun
TOTAL ANUAL	13.658.364	6.968.010	Jul
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			Ag

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Acionistas e Administradores
Houston do Nordeste S.A.

1. Examinamos o balanço patrimonial da Houston do Nordeste S.A., levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Exceto quanto aos assuntos mencionados nos parágrafos 3 e 4, nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Não foram recebidas de forma satisfatória as confirmações externas dos saldos mantidos com clientes e fornecedores, tampouco a posição das ações patrocinadas pelos assessores jurídicos da empresa, procedimento obrigatório de auditoria. Como consequência, não foi possível concluirmos quanto à existência de ativos e passivos não registrados e seus efeitos nas demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, decorrentes da não aplicação deste procedimento.
4. Conforme nota explicativa 2, a administração está em processo de levantamento e análise para a adequada aplicação dos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos – CPC que estão em vigor e aqueles que vigorarão a partir de 2010. Em virtude do atual estágio destes levantamentos, não foi possível quantificar os valores envolvidos nos ativos registrados nas rubricas de “Contas a receber” e “Estoques” da empresa e suas controladas que devessem ser ajustados para refletir seu adequado valor de realização. Como consequência, não foi possível opinarmos sobre os possíveis efeitos decorrentes de eventuais provisões necessárias para adequar o valor apresentados naquelas rubricas e seus respectivos efeitos nas demonstrações contábeis.
5. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos de possíveis ajustes que poderiam resultar dos assuntos mencionados nos parágrafos 3 e 4, as demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 1 representam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Houston do Nordeste S.A. em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e o fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
6. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, que estão sendo apresentadas de forma comparativa, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer, sem ressalvas, datado de 25 de março de 2009.

São Paulo, 19 de março de 2010.



BAKER TILLY BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-2SP016754/O-1

PAULO SÉRGIO BARBOSA
CONTADOR – CRC-1SP120359/O-8

HOUSTON DO NORDESTE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis FINDAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A companhia foi constituída em 07 de novembro de 1985, tendo como objetivo principal a montagem e a industrialização a comercialização de bicicletas, ventiladores, fogões, televisores, rádios, relógios, eletro eletrônicos, equipamentos de som e outros utilitários domésticos, veículos, de seus componentes, manutenção, assistência técnica, inclusive a importação e exportação desses produtos, partes e peças, o comércio em todas as modalidades, inclusive de quaisquer outros produtos, podendo ser estendida a qualquer ramo de comércio ou indústria e dedicar-se ainda a outras atividades, conexas ou não, desde que não sejam contrárias à Lei. Bem como a participação como instituidora de sociedades civis de direito privado, de caráter social, assistencial, cultural e educacional, sem fins lucrativos. No início de 1993 destaca-se a primeira fase do projeto e em janeiro de 1994 a Companhia se dedica ao processo produtivo e de comercialização, iniciando assim suas operações.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas nas Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09, pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, vigentes em 2009, e Conselho Federal de Contabilidade. Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto as demonstrações contábeis incluem várias estimativas; entre elas, aquelas referentes à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado, as provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda, provisão para devedores duvidosos e outras similares. Por serem estimativas é possível que os resultados reais possam apresentar variações.

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, a qual entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008. A referida Lei sofreu modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, transformada na Lei 11.941/09. Tais diplomas legais modificaram certos dispositivos da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). Essa alteração teve como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo “International Accounting Standard Board – IASB”.

2.1 Novos pronunciamentos (CPC's) emitidos em 2009 e que entrarão em vigor a partir de 2010

Dando continuidade ao processo de atualização da legislação societária brasileira, a segunda etapa da convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) se cumpriu durante o ano de 2009, com a edição de diversos pronunciamentos, interpretações e orientações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais não foram adotados antecipadamente.

Atualmente, a Administração está em processo de avaliação dos potenciais efeitos relativos aos seguintes pronunciamentos, interpretações e orientações, os quais poderão ter impacto relevante nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a serem apresentadas comparativamente às demonstrações financeiras relativas ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010, bem como sobre os próximos exercícios.

Os Pronunciamentos que serão aplicáveis, considerando suas operações são:

- CPC 16 – Estoques
- CPC 18 – Investimentos em coligadas e controladas
- CPC 20 – Custos dos empréstimos
- CPC 21 – Demonstração intermediária
- CPC 22 – Informação por seguimento
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.
- CPC 24 – Evento subsequente
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis
- CPC 27 – Ativo Imobilizado
- CPC 30 – Receitas
- CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada
- CPC 32 – Tributos sobre o lucro
- CPC 36 – Demonstrações consolidadas
- CPC 37 – Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
- CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação
- CPC 43 – Adoção inicial dos CPC's de 15 à 40
- OCPC 03 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento, mensuração e evidênciação
- ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil
- ICPC 08 – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos
- ICPC 09 – Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial
- ICPC 10 – Interpretação sobre aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos CPC's 27, 28, 37 e 43

A administração vem procedendo aos estudos e análises necessárias para adequada aplicação de todos os pronunciamentos emitidos em vigor ou à vigorar, de forma a espelhar em suas demonstrações as práticas contábeis adotadas no

Brasil. Estes processos deverão estar concluídos ao longo do exercício de 2010, quando serão implementados e devidamente registrados nas demonstrações contábeis, de forma a refleti-los de forma adequada adequada.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

(a) Caixa equivalentes de caixa

As disponibilidades são avaliadas pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco líquido, com taxas factíveis às práticas pelo mercado.

(b) Contas a receber

As contas a receber de clientes são avaliadas e apresentadas pelo valor nominal dos títulos, não incluindo o ajuste a valor presente e a provisão para créditos de liquidação duvidosa. A administração vem procedendo aos estudos necessários para poder refletir estes ajustes aos saldos contábeis, propiciando melhor entendimentos sobre estes saldos.

(c) Estoques

Os estoques são avaliados pelo custo médio, acrescido pelos custos de aquisição, quando aplicável, estando apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição ou produção e o valor líquido realizável. Está em processo o levantamento de itens que por ventura possam ser considerados como obsoletos e, se aplicável, sua respectiva provisão.

(d) Investimentos em controladas

Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, a participação da empresa no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido da controlada, após a aquisição, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital ou de ajustes de exercícios anteriores, é reconhecida como receita (ou despesa) operacional.

Quando necessário, as práticas contábeis da controlada são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela empresa

(e) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, a taxas mencionadas na nota explicativa nº 05, que consideram as taxas permitidas fiscalmente, sendo que à partir de 2010 estas taxas devem ser revistas e considerarem a vida útil estimada de cada bem, conforme Resolução Nº 1.177, do Conselho Federal de Contabilidade.

(f) Passivos circulantes e não circulantes

Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

(g) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

(h) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nos lucros tributáveis, de acordo com a legislação tributária brasileira, à taxa de 15% de imposto de renda, com adicional de 10% sobre o excedente à R\$ 240, e 9% de contribuição social.

(i) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

(j) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor presente pela venda de produtos e mercadorias. A receita é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. Assim, empresa adota como política de reconhecimento de receita na data em que o produto ou mercadoria é entregue ao comprador.

(k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos registrados no imobilizado e como não circulantes sofreram as análises internas e externas previstas no pronunciamento 01 (CPC 01), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC

4. INVESTIMENTOS

	2009	2008
Avaliados pela Equivalência Patrimonial	177.827	159.396
Outros investimentos	95	95
	177.922	159.491

O investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial na sociedade BIKE DO NORDESTE S/A, foi efetuado com base nos balanços de 31 de dezembro de 2009 e 2008 e está assim demonstrado

	2009	2008
CAPITAL SOCIAL	137.726	121.646
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	151.235	133.944
RESULTADO DO EXERCÍCIO	17.146	19.518
DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS	2.756	4.439
DIVIDENDOS PROPOSTOS	1.063	1.126
PARTICIPAÇÃO:		
. QUANTIDADES DE AÇÕES	22.980.551	22.980.551
. PERCENTAGEM	75,77%	77,07%
TOTAL DO INVESTIMENTO	114.591	103.231
EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	12.992	15.042

O investimento avaliado pelo método da Equivalência Patrimonial na sociedade ELETRO DO NORDESTE S/A, foi efetuado com base no balanço de 31 de dezembro de 2009 e 2008 e está assim demonstrado

	2009	2008
CAPITAL SOCIAL	56.691	51.353
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	63.862	56.669
RESULTADO DO EXERCÍCIO	11.359	12.675
DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS	4.147	4.995
DIVIDENDOS PROPOSTOS	2.385	2.294
PARTICIPAÇÃO:		
. QUANTIDADES DE AÇÕES	8.454.207	8.370.627
. PERCENTAGEM	99,02%	99,05%
TOTAL DO INVESTIMENTO	63.236	56.131
EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	11.248	12.555
	2009	2008
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	177.827	159.395
EQUIVALENCIA PATRIMONIAL TOTAL	24.240	27.597
DIVIDENDOS DISTRIBUIDOS	6.903	9.434
DIVIDENDOS A PAGAR	3.448	3.420
DIVIDENDOS RECEBIDOS	9.198	9.434

5. IMOBILIZADO

	Depreciação		
	%	2009	2008
Instalações	10	217	217
Máquinas e equipamentos	10	300	300
Equipamentos de informática	20	207	200
Veículos	20	891	820
Móveis e utensílios	10	922	971
(-) Depreciação acumulada		(1.936)	(1.800)
		601	708

Conforme previsto na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 1.177/09, a administração irá rever as taxas de depreciação para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2010, de acordo com a vida útil remanescente dos itens do ativo imobilizado.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6.1 Capital Social

O capital social subscrito e integralizado está representado por R\$ 164.457 mil (R\$ 148.984 mil em 2008) dividido em ações nominativas ou nominativas endossáveis, sem valor nominal, a seguir demonstrado (em Reais)

	2009			
	Capital Autorizado		Subscrito e Integralizado	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Ações Ordinárias	200.000	180.000.000	186.070	164.456.775
Total	200.000	180.000.000	186.070	164.456.775
	2008			
	Capital Autorizado		Subscrito e Integralizado	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Ações Ordinárias	200.000	180.000.000	186.070	148.983.852
Total	200.000	180.000.000	186.070	148.983.852

6.2 Reserva legal

A reserva legal foi constituída com a destinação de 5% sobre o lucro líquido, em conformidade com o artigo 193, da Lei 6.404/76

6.3 Reserva de incentivos fiscais

A reserva para incentivos fiscais foi constituída de acordo com o artigo 195-A, da Lei 6.404, alterada pela Lei 11.638. Essa reserva corresponde às subvenções governamentais recebidas e relacionadas aos investimentos nas operações da empresa e que foram reconhecidas no resultado do exercício.



6.4 Dividendos

De acordo com o estatuto social prevê distribuição de 25% como dividendos mínimos aos acionistas, podendo ser deliberado em assembléia distribuição inferior ao obrigatório, na forma da legislação societária. Os dividendos estão assim calculados e demonstrados:

	2009	2008
Lucro líquido do exercício	23.095	24.907
Reserva legal (5%)	(1.155)	(1.245)
Reservas de incentivos fiscais (reflexa)	(12.675)	(13.362)
Base de cálculo dos dividendos	9.265	10.300
Dividendos mínimos (25%)	2.316	2.575
Dividendos intermediários	4.857	9.434
Dividendos propostos	4.408	866
Dividendos totais	9.265	10.300

7. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

O cálculo e a conciliação do montante de imposto de renda e da contribuição social podem ser assim demonstrados

	2009	2008
Resultado antes dos efeitos tributários	23.095.414	24.906.742
Adições		
(-) Exclusões	24.209.483	27.201.069
Base de cálculo antes da compensação	(1.114.069)	(2.294.327)
Compensação de prejuízo fiscal/base negativa		
Base de cálculo do IR e da CS	(1.114.069)	(2.294.327)

8. PREJUÍZOS ACUMULADOS

A empresa possui em 31 de dezembro de 2009 o montante de R\$ 13.597 (R\$ 12.483 em 2008) de prejuízo fiscal, sem prazo prescricional, para os quais não foram constituídos créditos tributários.

9. PARTES RELACIONADAS

A companhia realiza diversas transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preço e condições normais de mercado. As transações referem-se principalmente a operações mercantis e mútuos entre coligadas

	Operações Mercantis		Reflexo no Resultado		Mútuo	
	A Receber	A Pagar	Receitas	Despesas	Passivo	Ativo
Claudino S/A	974		9.241		6	165
Socimol Ltda.	30		98		437	
Distrib. Sucesso Ltda.		4	29			
Bike do Nordeste AS		8.500	102		12	
Eletro do Nordeste S/A			29		93	
Colon Ltda.						120
Construtora Sucesso			5			
Guadalajara S/A					2	
Rápido London S/A					2	31
	1.004	8.504	9.504		22	530
						316

10. SEGUROS

A empresa mantém cobertura de seguro por montantes considerados pela Administração suficientes para a cobertura de riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A empresa possui instrumentos financeiros não-derivativos como aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. A empresa não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros para fins de reduzir seu grau de exposição a riscos de mercado, de moeda e taxas de juros. Não foram desenvolvidas transações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de especulação.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	GERENTE DE CONTROLADORIA
JOÃO CLAUDINO FERNANDES: Presidente	JOÃO CLAUDINO FERNANDES JÚNIOR: Diretor Presidente	ELSON DO NASCIMENTO OLIVEIRA
VALDECY CLAUDINO: 1º Vice- Presidente	VIRGÍNIA DE MEDEIROS CLAUDINO MILANI: Diretora Vice- Presidente	CONTADOR - CRC-PI 4.693
JOÃO CLAUDINO FERNANDES JÚNIOR: 2º Vice-Presidente		CPF: 618.033.833-72

P.P. 11409

GENILSON ALVES FERREIRA, torna público que requereu junto à Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMAR) os pedidos de Licença Operação (LO) e Outorga de uso 01 (um) poço tubular na localidade: **BAIRRO TIMON** município de **ALTO LONGÁ – PI**. Bacia do Parnaíba Sub-Bacia POTI com vistas a reservar 6.570 m³/ano do poço: **Latitude 05°14'32,93"S e Longitude 42°12'30,63" W**, para abastecimento humano e animal.

PREFEITURA MUNICIPAL PAVUSSU, torna publico que requereu junto à Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMAR-PI, os pedidos de Licença Prévia (LP) Licença de Instalação (LI) e Outorga de Preventiva de **03 (três)** poços tubulares nas localidades : **1- Pintadinha; 2- Taboleiro Grande/Canto das Porteiras e 3-Matança** município de Pavussu, **BACIA DO PARNAÍBA** Sub-Bacia Itaueiras vistas e reservar 5.475 m³/ano **1-Latitude 07°55'12,6"S e Longitude 43°12'37,8" W 2-Latitude 07°53'10,8"S e Longitude 43°12'8,4" W, 3- Latitude 07°54'23,4"S e Longitude 43°09'53,4" W** para fins de abastecimento humano e animal.

P.P. 11403

COMUNICADO

O senhor **Lourival Bublitz**, torna publico que requereu a **Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR**, a **Licença de Operação (LO)**, para o uso da água de poço tubular ma fazenda Carajana I, no município de Uruçuí-PI .Teresina, 29 de março de 2010.

COMUNICADO

A empresa **PAVOTEC –Pavimentação e Terraplanagem LTDA**, torna a publico que requereu junto a **Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos –SEMAR**, a **Licença Previa (LP)** para a usina de asfalto localizado no município de São João das Fronteiras – PI.Teresina, 29 de março de 2010.

P.P. 11404



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CATEGORIA
EDITAL Nº 10 – DPE/PI, DE 31 DE MARÇO DE 2010

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ (DPE/PI) torna públicos o **resultado final na avaliação de títulos** e o **resultado final no concurso**, referentes ao concurso público para provimento de vagas no cargo de Defensor Público de 1ª Categoria da Defensoria Pública Geral do Estado do Piauí.

1 Resultado final na avaliação de títulos e resultado final no concurso público, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato em ordem alfabética, nota final na avaliação de títulos, nota e classificação final no concurso público.

10002273, Adiane Jaqueline Neves da Silva, 0.00, 27.25, 94 / 10002047, Aecio Moura e Silva, 0.01, 28.24, 56 / 10003458, Agnon Barreira Bezerra, 0.00, 24.04, 206 / 10005041, Alaide Sampaio Costa, 0.00, 23.83, 215 / 10002963, Alessandra Ferreira Aragao, 0.00, 27.64, 78 / 10001430, Alexandre de Moraes Saldanha, 0.00, 26.15, 133 / 10003105, Alfredo Carlos Nikolaus de Figueiredo, 0.00, 24.87, 187 / 10003033, Aline Espinheira da Costa Khoury, 0.00, 28.07, 61 / 10000083, Amina Macedo Teixeira de Abreu, 0.00, 26.06, 137 / 10002051, Ana Beatriz Gomes Fernandes, 0.10, 27.90, 63 / 10000085, Ana Carolina de Freitas Tapety, 0.10, 31.53, 5 / 10003621, Ana Carolina Leal de Oliveira, 0.00, 26.61, 109 / 10002174, Anderson Almeida da Silva, 0.20, 28.48, 49 / 10003645, Anderson Cavichioli, 0.20, 27.83, 68 / 10001385, Andrea Sobral de Barros, 0.10, 27.46, 87 / 10001280, Andreia Coelho Fontes, 0.10, 25.71, 155 / 10000554, Ane Bruinje, 0.10, 27.52, 82 / 10004690, Antonio Forte de Souza Junior, 0.00, 25.58, 161 / 10001026, Antonio Fortes de Padua Neto, 0.00, 29.14, 33 / 10000805, Antonio Genival Pereira de Sousa, 0.00, 25.14, 176 / 10001802, Antonio Rafael da Silva Rosa, 0.00, 25.84, 146 / 10002416, Antonio Washington Frota, 0.00, 24.74, 188 / 10000305, Ariano Arlan Neves, 0.00, 24.88, 186 / 10000610, Artur Ferrari de Almeida, 0.15, 27.74, 71 / 10003225, Auderi Martins Carneiro Filho, 0.00, 24.56, 191 / 10001437, Barbara Ribeiro Mendes, 0.00, 27.60, 80 / 10001446, Benito Pereira da Silva Filho, 0.00, 25.81, 149 / 10001179, Bernardo Barbosa Matos, 0.00, 25.80, 151 / 10004914, Bernardo Faeda e Silva, 0.00, 29.71, 18 / 10003631, Bismarck Soares Rodrigues, 0.00, 24.10, 203 / 10000372, Breno Borges Brasil, 0.00, 22.94, 228 / 10000315, Bruno Bispo de Freitas, 0.15, 27.72, 73 / 10000281, Bruno Farias Lima, 0.00, 27.73, 72 / 10002981, Bruno Moura de Castro, 0.05, 27.51, 86 / 10003032, Caio Leonardo do Vale Costa, 0.00, 29.71, 19 / 10001690, Caio Lima Barroso, 0.00, 26.41, 117 / 10002491, Camila Maues dos Santos, 0.00, 29.42, 27 / 10001451, Camila Peixoto do Amaral Botelho, 0.17, 25.27, 172 / 10002698, Camilla Safe Maier Hage, 0.10, 26.40, 118 / 10001501, Carlos Eduardo Rego de Oliveira, 0.00, 23.26, 224 / 10002676, Carlos Fernando de Andrade Frey, 0.00, 28.43, 51 / 10003168, Carlos Geovanni Gonçalves Soares, 0.15, 25.64, 160 / 10004076, Carlos Henrique Harper Cox, 0.00, 25.21, 173 / 10000235, Carlos Henrique Neves Gondim, 0.00, 26.50, 114 / 10000701, Caroline Rodrigues Juca, 0.00, 27.31, 92 / 10001988, Cathia Rejane Portela Martins, 0.20, 26.35, 121 / 10002336, Cintia Campos da Silva, 0.00, 23.86, 213 / 10001431, Clarice dos Santos Otoni, 0.00, 27.98, 62 / 10002849, Claudio Moreira Philomeno Gomes Neto, 0.00, 29.68, 20 / 10000020, Corina Pissato, 0.00, 26.58, 111 / 10002329, Cryzthiane Andrade Linhares, 0.10, 25.80, 150 / 10003077, Daisy dos Santos Marques, 0.10, 29.14, 34 / 10002006, Daniel Carneiro Duarte, 0.10, 27.80, 69 / 10002782, Daniel Kishita Albuquerque Bernardino, 0.00, 25.85, 145 / 10001609, Daniel Teles Barbosa, 0.00, 27.52, 83 / 10002321, Danielle

Fonseca Costa, 0.00, 27.71, 75 / 10002057, Danyllo Davy Andrade Santos, 0.10, 23.56, 220 / 10002613, Davyd Jefferson Pinheiro de Castro, 0.00, 27.61, 79 / 10001622, Dayana Sampaio Mendes, 0.00, 31.19, 7 / 10001253, Deraldino Alves de Araujo Filho, 0.00, 24.01, 207 / 10000849, Diana Freitas de Andrade, 0.00, 29.56, 25 / 10004857, Diego de Amorim Vitorio, 0.00, 27.70, 76 / 10000520, Edilberto Alves da Silva, 0.05, 29.87, 15 / 10000391, Eduardo Ferreira Lopes, 0.00, 27.32, 91 / 10002769, Eilson Santos da Silva, 0.00, 26.24, 129 / 10003176, Eliane Silveira Macedo, 0.25, 28.51, 47 / 10000591, Eliel de Barros Pinto, 0.00, 26.79, 107 / 10002027, Elissa Lobato de Albuquerque Martins, 0.20, 26.44, 116 / 10002816, Eloizio Cordeiro Taveira de Souza, 0.00, 26.98, 101 / 10003519, Emanuel Jose Matias Guerra, 0.00, 29.44, 26 / 10003120, Emille Rabelo de Oliveira, 0.00, 25.98, 139 / 10003523, Enis Viegas de Souza, 0.10, 27.34, 90 / 10001653, Erica Climene Xavier Duarte, 0.20, 28.85, 40 / 10003045, Erick Railson Azevedo Reis, 0.00, 25.12, 178 / 10003231, Ethan Lawrence Milen Coelho, 0.00, 22.61, 229 / 10000744, Fabiane Oliveira Neri, 0.00, 28.75, 44 / 10004883, Fabiano Oliveira Gomes Fernandes, 0.00, 23.06, 227 / 10002709, Fabio de Sousa Castro, 0.00, 24.47, 194 / 10000424, Fabio Silveira Gurgel do Amaral, 0.00, 28.46, 50 / 10004734, Fausto Magno David Alves, 0.00, 27.45, 88 / 10000861, Felipe Queiroz da Silva, 0.00, 26.52, 113 / 10003379, Fernanda Vieira Medeiros, 0.00, 27.89, 64 / 10002526, Fernando Afonso Cardoso Borges, 0.00, 27.18, 96 / 10003265, Fernando Jose Alves Silva, 0.10, 25.08, 179 / 10003185, Fernando Soares Ferreira de Macedo, 0.00, 25.40, 168 / 10000644, Flavio Aurelio Wandeck Filho, 0.00, 26.81, 106 / 10002172, Florisa Daysee de Assuncao Lacerda, 0.22, 28.80, 43 / 10000064, Francisco Adriano Lima Oliveira, 0.10, 24.36, 197 / 10003628, Francisco de Assis da Silva Junior, 0.00, 23.97, 208 / 10001654, Francisco Melo Mascarenhas, 0.05, 28.98, 37 / 10004269, Francisco Otoni de Queiroz Moura, 0.00, 24.42, 195 / 10002973, Francisco Rubens de Lima Junior, 0.00, 29.35, 29 / 10000913, Frederico Ivens Mina Arruda de Carvalho, 0.00, 24.96, 183 / 10001044, Gabriel Cesar dos Santos, 0.10, 28.38, 53 / 10002571, Gabriel Morgado da Fonseca, 0.00, 24.68, 189 / 10001140, Gentil Ferreira de Souza Neto, 0.00, 28.95, 38 / 10001484, Germana Melo Bezerra, 0.10, 28.73, 45 / 10000075, Gerson Henrique Silva Sousa, 0.10, 29.64, 23 / 10002762, Gersa de Castro Andrade Carvalho, 0.15, 27.59, 81 / 10002089, Gilmara Guimaraes Bezerra Pessoa, 0.30, 29.68, 21 / 10000949, Gisela Mendes Lopes, 0.15, 31.10, 8 / 10005001, Gustavo Barbosa Giudicelli, 0.00, 30.55, 11 / 10001772, Gustavo Batista e Silva, 0.00, 25.49, 164 / 10001421, Haderson Rezende Ribeiro, 0.10, 26.17, 131 / 10000824, Helio Roberto Cabral de Oliveira, 0.00, 25.80, 153 / 10000821, Helio Soares Junior, 0.11, 31.73, 3 / 10002402, Henrique Jose de Carvalho Nunes Filho, 0.00, 31.69, 4 / 10005028, Homero Teixeira Junior, 0.00, 23.80, 217 / 10003022, Igor de Rosalmeida Dantas, 0.00, 23.69, 218 / 10000742, Igor Raphael de Novaes Santos, 0.00, 26.14, 134 / 10002170, Jefferson Lopes Custodio, 0.00, 24.20, 201 / 10000950, Jeiko Leal Melo Hohmann Britto, 0.15, 28.23, 57 / 10004519, Joao Manoel de Moura Ayres, 0.00, 28.10, 59 / 10003030, Joao Sergio Aguiar Ramos, 0.00, 24.42, 196 / 10002305, Joaquim Alves Figueiredo, 0.00, 24.08, 205 / 10004197, Jonathas Tribuzi Neves Raposo, 0.00, 24.91, 185 / 10001980, Jonio Evangelista Leal, 0.20, 27.12, 97 / 10001561, Jorge Luiz Ferreira Melo, 0.00, 27.31, 93 / 10000942, Jose Flavio Fonseca de Oliveira, 0.00, 26.28, 126 / 10001048, Jose Ricardo Santos Lemos, 0.10, 25.96, 140 / 10003363, Jose William Pereira Luz, 0.00, 25.33, 170 / 10001042, Juana Viana Ouriques de Oliveira, 0.00, 27.19, 95 / 10003442, Jucelino Oliveira Soares, 0.00, 23.83, 214 / 10001850, Juliana Rosso, 0.00, 26.89, 103 / 10000382, Julio Cesar Duailibe Salem Filho, 0.11, 29.78, 16 / 10002503, Larissa de Almeida Beltrao Rosas, 0.00, 23.27, 223 / 10000560, Layson Lima Alves Gomes, 0.00, 25.68, 158 / 10002063, Leandro Ferraz Damasceno Ribeiro, 0.15, 29.08, 35 / 10000032, Leonardo Fonseca Barbosa, 0.00, 29.78, 17 / 10000535, Lidia Ribeiro Nobrega, 0.00, 28.58, 46 / 10004748, Liliane Sousa Reis Dourado, 0.00, 26.31, 124 / 10003109, Livia de Oliveira Revoredo, 0.00, 29.01, 36 /



10003299, Luana Bacry Luna, 0.00, 28.07, 60 / 10002483, Luana Rochelly Miranda Lima, 0.15, 27.07, 99 / 10003356, Luani Melo, 0.00, 27.11, 98 / 10000380, Lucas Marques Luz da Resurreicao, 0.15, 26.29, 125 / 10003537, Luci Carla de Sousa Ribeiro, 0.00, 26.25, 128 / 10001656, Luciana de Carvalho Salgueiro Silva, 0.00, 28.33, 54 / 10002091, Luciana de Souza Rebouças, 0.10, 25.45, 165 / 10003526, Luciana Souza dos Anjos, 0.25, 26.37, 119 / 10003068, Luciana Vieira Carneiro, 0.00, 28.10, 58 / 10000299, Ludmila Moreira de Sousa, 0.00, 27.34, 89 / 10001831, Luis Alvino Marques Pereira, 0.10, 23.28, 222 / 10000691, Luiz Carlos Costa Vasconcelos, 0.00, 23.61, 219 / 10002838, Luiz Cesar Coelho Costa, 0.00, 26.82, 105 / 10000865, Luiz Cesar dos Santos, 0.00, 23.80, 216 / 10001312, Luiz Darcy Rodrigues Fontenelle de Araujo, 0.10, 25.82, 148 / 10003117, Luiz Emilio Brauna Bittencourt Junior, 0.00, 25.93, 143 / 10003187, Luiz Ferreira da Silva Junior, 0.00, 24.97, 181 / 10001984, Luiz Mario Felix de Moraes Guerra, 0.00, 25.01, 180 / 10000775, Manoela Maia Cavalcante Barros, 0.00, 25.67, 159 / 10001812, Marcel Joffily de Souza, 0.10, 28.89, 39 / 10002780, Marcelly Santos de Sousa, 0.00, 27.86, 66 / 10001982, Marcelo de Mattos Pereira Moreira, 0.00, 24.31, 199 / 10002948, Marcelo de Oliveira Santos, 0.20, 30.08, 14 / 10004997, Marcelo Feres Bressan, 0.05, 32.19, 2 / 10000979, Marcelo Valadares Lopes Rocha Maciel, 0.00, 26.88, 104 / 10001015, Marcia Cristina Leitao Pimentel, 0.00, 26.45, 115 / 10003143, Marco Aurelio Velloso Guterres, 0.00, 26.34, 122 / 10000097, Maria Cecilia Pinto e Oliveira, 0.00, 28.40, 52 / 10000027, Maria Cecilia Soares Tertuliano, 0.02, 31.25, 6 / 10002387, Mariano Paganini Lauria, 0.00, 25.33, 169 / 10002280, Martha Lisiane Aguiar Cavalcante, 0.11, 26.54, 112 / 10005084, Michel Andre B L Gradwohl, 0.10, 27.69, 77 / 10000955, Nara de Cerqueira Pereira, 0.10, 27.79, 70 / 10000499, Natalia e Silva de Almendra Freitas, 0.16, 28.81, 42 / 10001555, Nathalia Barbosa de Alencar, 0.12, 30.72, 10 / 10001141, Nathalia Laurentino Cordeiro Maciel, 0.00, 30.16, 13 / 10003181, Nicolas Bortolotti Bortolon, 0.15, 29.67, 22 / 10002595, Nivaldo Magalhaes Martins, 0.00, 23.09, 225 / 10000254, Otavio de Aguiar Werneck, 0.00, 23.91, 211 / 10000220, Otegildo Carlos Siqueira, 0.00, 23.96, 209 / 10003599, Pablo Antonio Cordeiro de Almeida, 0.25, 27.85, 67 / 10004047, Pablo Chagas Barreira, 0.10, 25.71, 154 / 10002673, Paloma Leite Diniz Farias, 0.00, 25.12, 177 / 10002946, Paloma Milhomem Neiva, 0.00, 25.43, 167 / 10001529, Paula Cristina de Moura Silva, 0.00, 24.92, 184 / 10000929, Paula Meneses Costa, 0.05, 25.31, 171 / 10000770, Paulo Antonio Coelho dos Santos, 0.13, 25.95, 142 / 10002320, Paulo Julianelli Fernandes Martins Furtado, 0.25, 29.41, 28 / 10004878, Paulo Marcio Soares Madruga, 0.00, 25.93, 144 / 10002970, Pedro Felipe de Oliveira Santos, 0.10, 32.43, 1 / 10001363, Pedro Fernandes Dubois Mendes, 0.00, 30.96, 9 / 10003171, Poliana Pereira Garcia, 0.00, 25.14, 175 / 10002260, Priscila Poegere Rodrigues da Silva, 0.15, 29.28, 31 / 10005213, Rafael Almeida Cro Brito, 0.00, 25.49, 163 / 10002636, Rafael Cavalcate Cruz, 0.00, 24.54, 192 / 10000326, Rafael de Araujo Campelo, 0.00, 24.29, 200 / 10003678, Rafael Leite Albuquerque Moreno, 0.10, 24.62, 190 / 10000274, Rafael Lessa Costa Barboza, 0.00, 27.87, 65 / 10002599, Rafael Medeiros Antunes Ferreira, 0.00, 26.02, 138 / 10001291, Rafael Molina Vita, 0.00, 24.50, 193 / 10004032, Rafael Pitanga Guedes, 0.00, 24.96, 182 / 10001156, Rafaela Holanda Soares de Carvalho, 0.15, 24.09, 204 / 10002092, Raissa Louzada Lopes Rios da Silva, 0.00, 24.18, 202 / 10004578, Renata Girao Carneiro, 0.15, 28.49, 48 / 10003650, Renata Karina Souza Martins, 0.10, 26.15, 132 / 10001598, Renata Peixoto do Amaral Botelho, 0.17, 23.07, 226 / 10000485, Renato Ighor Viturino Aragao, 0.00, 26.79, 108 / 10002021, Ricardo Coelho Nery da Fonseca, 0.00, 25.17, 174 / 10001262, Ricardo Dias Barbosa, 0.00, 23.31, 221 / 10000762, Ricardo Moura Marinho, 0.10, 27.52, 84 / 10002154, Roberta Chaves Braga, 0.11, 27.52, 85 / 10002959, Rodrigo Sales Pinheiro, 0.22, 26.37, 120 / 10002103, Rogaciano Bezerra Leite Neto, 0.00, 24.35, 198 / 10000120, Romulo dos Santos Lima, 0.00, 26.95, 102 / 10004087, Sammuel de Oliveira Luna, 0.00, 25.80, 152 / 10001097, Sebastiao Jacson Santos Borges, 0.00, 29.19, 32 /

10001377, Silvia Valeria Vilarinho, 0.20, 27.05, 100 / 10003449, Solange Sugano, 0.00, 25.69, 156 / 10000630, Tathiana Mayra Torchia Franco, 0.20, 28.81, 41 / 10001277, Tayse Carvalho Silva Montenegro de Olive, 0.15, 25.68, 157 / 10002916, Tercio Bruno Costa Teixeira, 0.00, 25.43, 166 / 10001348, Thais da Silva Cruz Moreira, 0.00, 26.12, 135 / 10000540, Thalyta Clementino Madeira Martins, 0.10, 25.82, 147 / 10001922, Thiago Brito da Cunha Maranhao, 0.00, 25.95, 141 / 10001081, Thiberio Cesar do Nascimento Fernandes, 0.00, 26.23, 130 / 10000325, Ticiane Silveira Melo, 0.00, 23.91, 210 / 10002333, Ubenilson Colombiano Matos dos Santos, 0.01, 29.30, 30 / 10002442, Uirassu de Melo Medeiros, 0.00, 25.51, 162 / 10000327, Valdir Lopes Sobrino Filho, 0.00, 23.87, 212 / 10002459, Vanessa Pinheiro Nunes, 0.12, 26.34, 123 / 10005286, Victor Hugo Holanda Chaves, 0.05, 28.26, 55 / 10000497, Victor Oliveira de Queiroz, 0.00, 26.26, 127 / 10004331, Vinicius da Paz Leite, 0.00, 27.71, 74 / 10003602, Vinicius Lourenco de Assuncao, 0.00, 26.12, 136 / 10000232, Walker Teixeira Dede e Pacheco, 0.05, 30.33, 12 / 10000764, Wenia da Silva Moura, 0.10, 29.63, 24 / 10003780, Yana de Araujo Melo, 0.00, 26.58, 110.

1.1 Resultado final na avaliação de títulos e resultado final no concurso público dos candidatos **portadores de deficiência**, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato em ordem alfabética, nota final na avaliação de títulos, nota e classificação final no concurso público.

10002509, Jefferson Calume de Oliveira, 0.00, 24.95, 1 / 10001831, Luis Alvino Marques Pereira, 0.10, 23.28, 5 / 10005185, Priscila Gimenes do Nascimento, 0.10, 24.92, 2 / 10000401, Robert Rios Magalhaes Junior, 0.00, 23.95, 3 / 10000238, Sergio Ricardo Bittencourt Goulart, 0.00, 23.79, 4.

2 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 As respostas aos recursos interpostos contra o resultado provisório na avaliação de títulos estarão à disposição dos candidatos a partir do dia **1º de abril de 2010**, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/dpepi2009>.

2.1.1 O CESPE/UnB não arcará com prejuízos advindos de problemas de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como de outros fatores, de responsabilidade do candidato, que impossibilitem a visualização das respostas.

NELSON NERY COSTA

Defensor Público Geral do Estado do Piauí

OF. 005



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO DE 1ª CATEGORIA
EDITAL Nº 11 – DPE/PI, DE 31 DE MARÇO DE 2010

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Doutor **NELSON NERY COSTA**, Defensor Público-Geral do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, **HOMOLOGA**, o resultado do concurso público de provas e títulos para o preenchimento de 12 (doze) vagas de Defensor Público de 1ª Categoria do Estado do Piauí, divulgado no Diário Oficial, do dia 31 de março de 2010.

Teresina, 31 de março de 2010.

NELSON NERY COSTA

Defensor Público Geral do Estado do Piauí

OF. 006